



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 131

SÁBADO, 14 DE AGOSTO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 160ª SESSÃO, EM 13 DE AGOSTO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 275/93, de 12 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1988 (nº 3.945/89, naquela Casa), de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que inclui o cacau em pó na merenda escolar, nas unidades militares e nos programas sociais da União.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 760, de 1993, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando ao Ministro da Fazenda, informações que menciona.

— Nº 761, de 1993, de autoria do Senador Francisco Rollemburg, solicitando que seja considerado como licença autorizada o dia 13 de agosto do corrente ano. **Votação adiada**, por falta de **quorum**.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/81, de 1993 (nº 2.032/93, na origem), da Prefeitura Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, solicitando autorização para que possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

— Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 342, de 10 de agosto de 1993, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário para os fins que especifica, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Crueldade do assassinato do jovem estudante Marco Antonio de Velasco e Pontes, perpetrado por adeptos de lutas marciais em

Brasília e a indução à violência na programação dos meios de comunicação.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Reportagem de **O Estado de S. Paulo** do último domingo, de autoria do jornalista Marco Uchôa, intitulado **Governador quer vender 20% do Acre para o Sul**, visando atrair investidores agropecuários sulistas para o Estado.

SENADOR RUY BACELAR — Situação de insubstância da cultura de sisal. Reivindicação dos produtores desta fibra no sentido da criação de um centro avançado de pesquisa para o seu desenvolvimento.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Novas denúncias de arbitrariedades levadas a efeito pelo Governo Estadual de Rondônia.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Considerações a respeito da notícia veiculada pelo jornal **Correio Brasiliense**, de 12 do corrente, intitulada **Bancos ameaçam Itamar com aumento dos juros**, contendo declarações do Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos — FEBRABAN sobre o aumento das taxas de juros em resposta à intenção do Governo Federal de reduzir os ganhos alcançados pelas instituições financeiras com a cobrança de tarifas pelos seus serviços.

SENADOR JOÃO CALMÓN — Subvalorização da Educação pelo País, que aplica pouco e mal neste setor e suas consequências.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 762, de 1993, de autoria do Senador Moisés Abrão, solicitando à Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, através do Ministério da Agricultura, informações que menciona.

1.2.6 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ODACIR SOARES — Apelo em favor do pagamento do auxílio-alimentação aos servidores dos ex-territórios federais.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MALA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NIMA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Imprensa sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semanal

Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder — Apelo ao Ministro Antônio Britto no sentido de prorrogar, por mais 30 dias, o recadastramento dos aposentados urbanos.

SENADOR DIRCEU CARNEIRO — Esclarecimentos sobre inverdades publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 12, nas matérias intituladas **Governo dá US\$5 bilhões para aprovar lei salarial e Planalto libera verbas para ganhar votos**, a respeito de liberações de verbas pelo Ministério da Fazenda em troca de votos para a aprovação da medida provisória que dispõe sobre o reajuste salarial.

SENADOR CÉSAR DIAS — Apelo às autoridades brasileiras pela vida dos garimpeiros presos pelo exército da Guiana Inglesa, no sábado próximo passado, na região do Rio Trombetas.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Reforma do sistema eleitoral, da lei dos partidos e da proporcionalidade da representação parlamentar como forma de se resgatar a credibilidade dos políticos em nosso País.

1.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

Nº 423, de 1993

3 — ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 54, de 1993

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 1º de julho de 1993.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 160^a Sessão, em 13 de agosto de 1993

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Magno Bacelar

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Affonso Camargo _ Aluízio Bezerra _ Carlos Antonio De'Carli _ Chagas Rodrigues _ Epitácio Cafeteira _ Gilberto Miranda _ Magno Bacelar _ Nabor Júnior _ Pedro Teixeira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 275/93, de 12 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1988 (nº 3.945/89, naquela Casa), de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que inclui o “cacau em pó” na merenda escolar, nas unidades militares e nos programas sociais da União.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 760, DE 1993

Requeiro à Mesa, na forma do disposto no artigo 216 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, as seguintes informações:

1. Se é fato que o Banco do Brasil firmou acordo com vistas a criar 6 (seis) cargos de Auditor Sindical a serem distribuídos por diretorias do Banco do Brasil.

2. Complementarmente, caso procedente, quais as atribuições desses cargos e, ainda, no conteúdo de que acordo foram estabelecidos tais cargos.

Sala de Sessões, 12 de agosto de 1993. — Senador **Espiridão Amin**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 761, DE 1993

Requeiro seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência de Brasília, no dia 13 de agosto do corrente ano, a fim de, como Secretário do Partido da Frente Liberal em Sergipe, participar de Reuniões Políticas naquele Estado.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1993. — Senador **Francisco Rollemberg**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

O Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu da Prefeitura Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, o Ofício nº S/81, de 1993, nº 2.032/93 na origem, solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que possa contratar operação de crédito, para os fins que específica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardará a complementação dos documentos necessários a sua instrução.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 342, de 10 de agosto de 1993, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário para os fins que especifica, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das Lideranças, fica, assim, constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Cid Saboia de Carvalho

1. Mansueto de Lavor

2. Antonio Mariz

2. Ruy Bacelar

PFL

3. Lourival Baptista

4. Lucídio Portella

PPR

4. Epitacio Cafeteira

PSDB

5. Jutahy Magalhães

PSB

6. José Paulo Bisol

PT

7. Eduardo Suplicy

DEPUTADOS

Titulares

BLOCO

Suplentes

1. José Reinaldo

1. Wilson Cunha

2. Jorge Khoury

2. Roberto Torres

3. Cid Carvalho

3. Laíre Rosado

4. Felipe Mendes

4. Jairo Azi

5. Jackson Pereira

5. Marco Penaforte

6. Augusto Carvalho

6. Sérgio Arouca

PV

7. Sidney de Miguel

7. Benedito de Figueiredo

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13/8 — Designação da Comissão Mista;

Dia 13/8 — Instalação da Comissão Mista;

Até 16/8 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 26/8 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 10/9 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a população de Brasília foi surpreendida anteontem com um ato de extrema selvageria, que revoltou e indignou a sociedade como um todo.

Cerca de dez rapazes, na faixa dos 17 aos 20 anos de idade, espancaram até a morte, valendo-se da habilidade e preparo físico adquiridos em academias de lutas marciais, um jovem estudante de 16 anos, numa das quadras mais movimentadas do Plano Piloto.

A desumanidade, o barbarismo e a insolência dos agressores chocaram a opinião pública, trazendo intensa preocupação aos pais e espalhando pânico entre os jovens adolescentes, adeptos de lutas marciais.

O próprio Presidente da República ficou estarrecido com a atrocidade e os requintes de perversidade no acontecimento. O governador do Distrito Federal, juntamente com o Secretário de Segurança Pública, presentes ao sepultamento, não escondiam a preocupação e a perplexidade.

Centenas de jovens, pais e mães de família que acompanharam o cortejo demonstravam revolta e medo, numa atitude quase que de incredulidade perante o bárbaro assassinato. Sem nenhum exagero, a cidade entrou em estado de comoção e pânico. Eu, como pai de três rapazes nessa mesma faixa

de idade, confesso que senti um grande aperto no coração e estou igualmente preocupado.

Às vezes me pergunto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de onde e em razão do quê essa violência torpe, desumana, cruel, intolerável? Será que o ser humano, decorridos tantos milênios, possa estar regredindo à condição do homem da caverna?

É evidente que minha pergunta é complexa, difícil e que qualquer resposta será incompleta, pois nenhum especialista, por mais elaborada que seja a sua teoria, será capaz de explicar o flagelo de violência que assola o Planeta neste final de milênio.

Há que se argumentar que a violência, em muita das suas manifestações, é consequência da miséria. Mas os jovens agressores e a própria vítima eram filhos bem nutridos da classe média, todos estudantes do curso médio, muitos matriculados em excelentes escolas particulares...

Na minha opinião, Sr. Presidente e Srs. Senadores, só se pode explicar essa tragédia a partir do modelo de vida consagrado em nossa sociedade. Um modelo quase que totalmente importado, boçal, consumista e, acima de tudo, integralmente orientado e controlado pelos meios de comunicação de massa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em todo o mundo vem se firmando a convicção de que o desenvolvimento da indústria e da comunicação, com todo os recursos tecnológicos por ela utilizados, constituem-se, hoje, sem qualquer traço de dúvida, uma perigosa faca de dois gumes, uma autêntica caixa de pandora, uma magia que, uma vez aberta e manipulada inconscientemente, pode causar enormes danos às mentes das pessoas. Os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, representam, hoje, um poder extraordinário, capaz de ditar o comportamento de grupos, de sociedades inteiras e, até mesmo, de nações.

O pouco conhecido e intencionalmente pouco divulgado processo subliminar em propaganda vem sendo criminosamente utilizado em comerciais que são veiculados em revistas, cartazes, e, especialmente, pela televisão e o cinema em todas as partes do mundo.

O Sr. Nabor Júnior — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior — Realmente, o assunto que V. Ex^a está tratando da tribuna do Senado Federal, no dia de hoje, revoltou toda a sociedade de Brasília e do Brasil. O pior é que esse assassinato de um estudante de apenas dezesseis anos por uma gangue de jovens de quadras da Asa Norte, já se prenunciava, pois o bando praticara crimes semelhantes em outras ocasiões. V. Ex^a disse muito bem: esses jovens são muito estimulados pela propaganda insana, pelos filmes de violência que, diariamente, estão sendo divulgados através da televisão. Já não se vêem filmes históricos, românticos, como os de antigamente; hoje é só violência, morte, trucidamento, o que estimula tal conduta. Inclusive isto já está chegando ao campo, depois de contaminar as cidades. No interior do Acre, por exemplo, têm ocorrido muitos crimes semelhantes a esse, o trucidamento de jovens agricultores indefesos por pessoas que são influenciadas pelo tipo de violência que se divulga nos lares brasileiros através da televisão. Creio que se chegou o momento de o Governo pensar seriamente: não se trata de impor censura, pois somos contra ela, mas

pelo menos, de discutir com as empresas responsáveis pelas redes de TV, os critérios de sua programação. O que se exige é um paradeiro a esse contexto, em que, diariamente, está havendo violência nas grandes cidades. Recentemente, houve o massacre da Candelária, e agora, esse caso em Brasília. Diariamente, tomamos conhecimento, através da imprensa, de práticas semelhantes a essas. É inegável a influência exercida pela televisão, que, ao invés de ser um veículo de educação, de orientação da sociedade, do povo, está se transformando num veículo de estímulo a essas práticas de violência. Muito obrigado.

O SR. VALMIR CAMPELO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Nabor Júnior.

Está havendo uma disputa de audiência entre os canais de televisão, que é mais intensa quando se apresenta um maior número de violências.

Assistimos aos jornais, de um modo geral, e praticamente em todas as emissoras de televisão 90% do seu conteúdo é de crimes, e isso incentiva o marginal, o bandido. Os menores, que estão em fase de formação, dizem: "Mostram tudo isso na televisão e praticamente nada acontece. Já que é assim, vou agir da mesma forma".

Não se deve esconder; mas penso que V. Ex^a está correto quando sugere que o Governo e aqueles que detêm as concessões de televisão, devem dar uma nova conotação, a fim de que pelo menos pedissem licença ao entrar no lar de cada brasileiro, levando uma mensagem mais sadia.

O SR. VALMIR CAMPELO — Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Estava dizendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o pouco conhecido e intencionalmente pouco divulgado processo subliminar em propaganda vem sendo criminosamente utilizado em comerciais que são veiculados em revistas, cartazes e, especialmente, pela televisão e o cinema, em todas as partes do mundo.

No Brasil, que não dispõe de uma legislação específica regulamentando a matéria, essa magia da comunicação está presente na maioria dos comerciais de promoção de cigarros, bebidas, refrigerantes, vestuários e alimentos, literalmente "fazendo a cabeça" da grande parte da população, que ingenuamente festeja uma falsa liberdade de escolha.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço V. Ex^a com muita atenção, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Valmir Campelo, V. Ex^a que, como representante do Distrito Federal, muito honra Brasília nesta Casa, traz à tribuna um assunto, como já disse no início do seu pronunciamento, que comoveu a cidade e o País como um todo. Como V. Ex^a, também tenho três filhos nesta idade e senti exatamente o que V. Ex^a descreveu. Na noite em que tomei conhecimento do assunto, fiquei muito deprimido. Todavia, tudo isso nos leva a uma reflexão que se inicia pelo descaso dos pais, em decorrência da competitividade, da luta pela vida, ou seja, a mãe e o pai se igualam na luta pelo trabalho, e os filhos vão ficando à margem desse processo de sobrevivência. Por outro lado, a qualidade do ensino em nosso País deixa muito a desejar. Este é um País que ainda não despertou para a necessidade de que o ensino seja primordial para que o aluno tenha na escola exemplos que se contrapõham aos que a televisão nos mostra. Diariamente — V. Ex^a tocou no assunto, e eu também já havia notado — somos agredidos pela violência, pela promiscuidade e até mesmo pela imoralidade que a televisão traz. Agora,

nesta luta pela audiência, vemos um programa apresentado por uma das emissoras de grande audiência, o Aqui e Agora, onde se exibe, sem nenhum constrangimento, o que há de mais triste e terrível na vida humana. A TV Globo, que sempre ditou as normas, resolveu adotar o mesmo critério no Jornal Nacional, em busca de recuperação de audiência. O Aqui e Agora é apresentado em capítulos, em duas edições. Ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta Casa, através de uma consulta do Presidente e da própria Comissão, pelo relatório do nobre Senador Josaphat Marinho, estabeleceu critérios para que ao se renovar os contratos de concessões de canais de televisão, para que houvesse mais cuidado. Já que — como disse o nobre Senador Nabor Júnior — não se pode admitir a censura, há que se ter, pelo menos, princípios morais. Infelizmente, a agressão cultural da televisão, principalmente através das rastreadoras de satélites no Brasil inteiro, leva-nos à constatação lamentável de que as populações menos preparadas aprendem apenas a promiscuidade. Ontem, ouvia e via na televisão um documentário de uma das emissoras, na qual se mostrava a prostituição de jovens no Amazonas, nos garimpos. Tudo isso é realmente um produto da televisão. As emissoras, em horários nobres, apresentam novelas totalmente amorais, pregando conceitos que nossa geração aprendeu como condenável e que hoje a juventude diz que é tabu. Nobre Senador, isso tudo demonstra que há a falta de perspectiva em nosso País. Creio não ser demais tentarmos modificar e reduzir a idade quanto à responsabilidade civil. Os jovens de hoje, tão angustiados em busca da vida, começam a criminalidade muito mais cedo. Quem pode eleger o Presidente da República aos dezoito anos deveria ter o dever de responder criminalmente por seus atos. Estou tentando elaborar um projeto, e deverei apresentá-lo numa próxima semana, obrigando as emissoras de televisão e rádio, apenas como uma compensação, a apresentarem amente um programa educativo e cultural. Temos visto que as programações de músicas clássicas nas praças públicas têm atraído a juventude; o que falta é opção, e o que excede são os exemplos de imoralidade, promiscuidade e violência apresentados pela televisão. Congratulo-me com V. Ex^a e, por seu intermédio, solidarizo-me com os pais de família de Brasília. Muito obrigado.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Magno Bacelar. Agradeço pela exposição bem fundamentada, com argumentos válidos, feita por V. Ex^a, que só vem embasar o pronunciamento que faço hoje, nesta manhã, no Senado Federal.

Este processo de dominação, na verdade, vem atingindo dimensões alarmantes e está na raiz dos padrões deturpados de comportamento que, vez por outra, nos deixam estarrecidos, como o recente episódio que reuniu um grupo de fanáticos numa fazenda dos Estados Unidos, resultando numa tragédia que abalou o mundo inteiro, ou nas motivações que levaram esse grupo de rapazes a espancar um menino até a morte nas ruas de Brasília.

É claro que o comportamento desses jovens foi induzido pelo tipo de cultura em que estão inseridos. Uma cultura permanentemente alimentada por mensagens de violência, presentes na quase totalidade dos anúncios, dos filmes, das novelas e dos seriados exibidos pela TV. Programas que estimulam ao extremo a cultura do corpo, que atingem, subliminarmente, os perigosos setores do inconsciente, desbloqueando desejos e motivações incontroláveis e excitando, em doses cavalares, a libido dos nossos adolescentes.

Tudo isso, nobres Senadores, com certeza não pode ser elencado como a causa precípua da violência que resultou na morte prematura do jovem Marco Antônio. Mas, em sã consciência, não podemos negar que esse conjunto de influências, emanadas dos programas televisivos, exerceu papel considerável no comportamento desses adolescentes desajustados da classe média de Brasília.

O Sr. Pedro Teixeira — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço, com muita atenção, o meu particular amigo, Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Nobre Senador Valmir Campelo, quero, nesta oportunidade, associar-me *ipsis litteris* ao que V. Ex^a está transmitindo em seu pronunciamento, o qual reflete a preocupação e a angústia daqueles que, por intermédio da imprensa, tomaram conhecimento desse lamentável episódio que culminou com espancamento e morte do jovem Marco Antônio. Vejo, com desolação, os dois ângulos da história, as duas faces da moeda: daqueles pais que perderam esse filho e daqueles pais que vêem os seus filhos, no alvorecer das suas jornadas, irem para trás das grades. Jovens — como podemos ver nas páginas dos jornais — de 18 ou 19 anos, de feição infantil, alguns até menores de idade, foram conduzidos a essa situação por uma série de razões, mas especialmente por essa questão do estilo que os levam a esses programas de mau gosto. Falta seleção. A violência campeia, realmente, nos meios de comunicação. Estamos cansados de ver, todas as semanas, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, mostrar estatísticas, segundo as quais os programas de determinadas emissoras superam, e muito, a parte cultural, parte espiritual, a parte do lazer, para apresentarem programas que levam à formação de quadrilha. Raramente assisto a programas de televisão; outro dia, propus-me a fazê-lo, e constatei que o filme estava sendo exibido pela terceira vez. Acredito que a repetição ocorreu pelo excesso de violência que o filme apresentava. Associo-me à dor da família de Marco Antônio — Valéria e Marco Antônio — e também à daquelas famílias que hoje vêem seus filhos serem conduzidos à prisão. Em Brasília, todos trabalhamos fora e não temos os antecedentes, os avós, as raízes, por ser a cidade nova — apenas 33 anos. Os jovens pouco podem contar com a assistência de seus pais e de seus familiares. Assim, o quadro social que se lhes apresenta é o de freqüentar academias de ginástica e de musculação. Na realidade, eles se exercitam saudavelmente; no entanto, o *corpo sano* não implica a mente sã. Associo-me à preocupação de V. Ex^a. Ao mesmo tempo, louvo o Presidente da República e o seu Ministro da Justiça, nosso colega Senador Maurício Corrêa, que imediatamente convocou em seu gabinete o Governador do Distrito Federal e o seu Secretário de Segurança para efetivamente pedir providências. S. Ex^a o Ministro da Justiça comprometeu-se em repassar recursos para a área de segurança do Distrito Federal, para que não se repitam episódios como esse. A Polícia está despreparada fisicamente, desmotivada por baixos salários, razão pela qual nossa cidade é policiada ineficazmente. Tramita um projeto — cujo Relator foi V. Ex^a — que aumenta os quadros da Polícia do Distrito Federal. É preciso que a Segurança seja realmente alentada, estimulada, protegida e incentivada, para que uma Polícia bem preparada coloque as trancas antes que as portas sejam arrebentadas. Já foi feito um alerta, desta tribuna, para o fato de que a Capital da República está órfã de segurança: a Secretaria de Segurança Pública está com seus carros quebrados, e a Polícia Federal

também está despreparada mecanicamente. Aproveito a oportunidade para criticar esses programas de mau gosto é, ao mesmo tempo, solicitar às autoridades federais e ao Governo Federal que liberem verbas para que a Polícia de Brasília possa trabalhar com a eficácia que é de se desejar. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador Pedro Teixeira. Concordo plenamente com as colocações de V. Ex^a

Aproveitando o ensejo, dirijo apelo ao Poder Executivo, na área federal, no sentido de que tome providências, tais como a ampliação do quadro de policiais do Distrito Federal. O atual quadro está defasado, porque foi elaborado quando Brasília tinha uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes. Hoje, temos — Brasília e suas cidades satélites — um milhão e 800 mil habitantes e necessitamos urgentemente não só da ampliação do quadro de pessoal, na parte de custeio, mas também de melhorias na área de investimentos, com a aquisição de equipamentos e viaturas que possam dar maior segurança à população do Distrito Federal. Por isso, fica também o meu apelo ao Ministro da Justiça e ao Presidente Itamar Franco, no sentido de que se sensibilizem com a situação do Distrito Federal, não só na área de Segurança, mas também, como determina a Constituição Federal, em relação aos repasses de verbas da União para o Distrito Federal, destinadas às áreas de Educação e Saúde.

Fico muito grato e incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu pronunciamento, com muita honra e com meus agradecimentos.

Concluindo, Sr. Presidente, eu diria que está coberto de razão o Governador Roriz, ao determinar a intensificação do policiamento e rigor na fiscalização das academias de cultura física e de lutas marciais. Mas é preciso a participação de toda a sociedade, inclusive dos meios de comunicação, que também têm grande responsabilidade social. É preciso que principalmente as emissoras de TV reorientem as suas programações, no sentido de não contribuir tanto com a disseminação da violência entre os jovens. É preciso resgatar os princípios cristãos em nossa cultura, os princípios de solidariedade e compreensão, para que a vida não se torne um produto descartável, para que a violência não se imponha como mais um modismo, mais um estilo de vida no meio da nossa juventude.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente, publicou matéria que alcançou a maior repercussão no meu Estado e, quiçá, em todo o País. Essa matéria, de responsabilidade do jornalista Marco Uchôa, tem o título “Governador quer vender 20% do Acre para o Sul”, e, como subtítulo, o seguinte: “Compradores poderão promover desmatamentos para projetos agropecuários e explorar madeira de lei, castanheiras e seringueiras”.

Para conhecimento da Casa e para ser inserida nos Anais do Senado Federal, passarei a ler a matéria:

“No prazo de 90 dias, 20% do território do Acre será colocado à venda pelo Governador Romildo Magalhães (PPR). A intenção é atrair investidores do setor agropecuário do Sul do País. São cerca de 30,4 mil

km, 8 mil a mais que o Estado de Sergipe. Os compradores poderão explorar madeiras de lei, castanheiras, seringueiras, e estarão autorizados a promover desmatamentos para iniciar projetos de produção. Magalhães decidiu apoiar a idéia dos fazendeiros da região para tentar salvar a economia acreana, atolada em CR\$200 milhões de dívida interna.

O Acre tem apenas 5% da sua cobertura florestal devastada e 65% de área protegida por lei. Dos 30% restantes, o projeto de venda — quer usar 20%. Com isso, a área de desmatamento no estado, um dos mais preservados até o momento, passaria de 5% para 25%. A fiscalização dos 152 mil km do Estado é feita atualmente por apenas 12 agentes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Nesta semana, o Governador deve traçar o plano de venda —. O preço das terras ainda não foi definido.

Os interessados serão beneficiados com taxas reduzidas de impostos e prazos especiais de pagamento pelas terras. Foi a alternativa que encontrei para retomar o crescimento econômico, emperrado nos últimos anos pela legislação ambiental, que afasta os investidores —, diz Magalhães. A ecologia tratada de forma romântica provocou a fuga de capital —, afirma Assuero Veronez, Presidente da Federação da Agricultura, que representa 400 fazendeiros.

No ano passado, o setor agropecuário faturou cerca de 40 milhões de dólares. Os empresários têm medo de investir aqui, porque acham que tudo é proibido —, diz Veronez. Segundo ele, os fazendeiros acreditaram no discurso ecológico de que um dia a floresta daria lucros. Cansamois de esperar, afirma. A pecuária ocupa 3,5% do território e representa 70% da economia do estado. Com o projeto de captação de recursos, a área destinada à criação de gado será triplicada. Dos 23 mil imóveis rurais do Acre, apenas 4 mil tem mais de 100 hectares. Uma fazenda de porte médio tem entre 200 e 300 hectares.

O Governador Romildo Magalhães não foi nada original com a idéia de vender o Acre para o Sul. Na realidade, ele está reeditando projetos que já foram testados e que não deram certo em outros governos. Na década de 70, o então Governador Wanderlei Dantas iniciou uma espécie de leilão de terras para compensar a quebra do monopólio da borracha, o que gerou especulação imobiliária. Faltou conscientização, mas agora será diferente, explica Magalhães.

Os ecologistas estão assustados com o projeto e ameaçam pedir aos países do Primeiro Mundo que boicotem o Estado, se o plano de ocupação de 20% do território realmente for colocado em prática. Não podemos admitir que a floresta seja atingida, afirma Atanagildo de Deus Matos, Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), uma das entidades mais atuantes da região. Os países desenvolvidos não aprovarão essa ocupação desordenada e podem bloquear investimentos no estado, diz Matos.

Dos 450 mil habitantes do Estado, 60% são desempregados. A arrecadação de impostos do mês passado ficou em cerca de CR\$ 100 milhões, 80% para cumprir a inchada folha de pagamento. Os ecologistas precisam

conhecer a nossa realidade antes de criticar, afirma Magalhães. Sacrificarei a floresta em nome do povo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa pretensão do Governador Romildo Magalhães de vender cerca de 20% de terras do território do Estado do Acre para investidores do Sul do País nem chega a ser original: é a reedição, conforme está dito nessa mesma reportagem, do que ocorreu no início da década de 70, durante o gestão do Governador Francisco Wanderlei Dantas.

Nessa época, eu exercia o mandato de Deputado Estadual no Estado do Acre, e acompanhei de perto o drama e a crise econômica que a venda daquelas terras, dos antigos seringais e castanhais do Acre proporcionaram à nossa economia. Com o slogan "O Sul vai ao Norte", o então Governador Wanderley Dantas atraiu centenas de investidores do Sul do País para adquirirem terras no Acre.

Em virtude da decisão do Governo Federal de acabar com o monopólio estatal da borracha, a maioria dos proprietários das terras em que se exercia a atividade extrativista ficou em situação de insolvência, principalmente com o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil. Foram, então, forçados a vender suas propriedades para investidores de São Paulo, do Paraná, do Mato Grosso, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de outros Estados do Centro-Sul do País.

Com a venda desses seringais, que eram realmente grandes latifúndios, a economia da borracha foi totalmente aniquilada, foi totalmente desarticulada, transformando-se os seringais — que antes agregavam uma quantidade muito grande de mão-de-obra — em fazendas para criação de gado, que geram poucos empregos. Consequentemente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as cidades passaram a receber esse contingente de pessoas totalmente desqualificadas, que, por não poderem continuar explorando a atividade da borracha e a extração da castanha, vieram engrossar o rol dos desempregados, dos miseráveis, dos marginalizados, que hoje lutam para sobreviver nos mais de 60 bairros precários que surgiram em Rio Branco nos últimos 20 anos.

O Governador Romildo Magalhães quer reeditar e ampliar essa tragédia, com a proposta de vender 20% das terras do Acre para os fazendeiros do Sul do País. Desconhece ou finge desconhecer que, de acordo com a atual legislação, quase todas as terras do Acre são de jurisdição da União, porque ou ficam localizadas em faixa de fronteira ou são cortadas por duas estradas federais, a BR-364 e a BR-317. Cem quilômetros marginais a essas estradas são terras de domínio da União e 150 quilômetros das áreas situadas em faixa de fronteira também são de sua responsabilidade. Portanto, Sr. Presidente, o Acre não tem terras próprias para vender.

Ora, essa reportagem pode funcionar como um verdadeiro anúncio, chamando aqueles que desejem adquirir terras no Acre: "Procurem o Governador, S. Ex^e está se transformando em um corretor de terras". Comenta-se que houve reuniões do Governador, lá no meu Estado, com os proprietários, um dos quais — chamo a atenção de V. Ex^e para o fato —, o Sr. Pedro Aparecido Dotto, de 57 anos, tem 2 milhões e 100 mil hectares de terra no Acre. Esse cidadão era delegado da Receita Federal e, atualmente, é o representante da SUDAM, no Acre. Ao mesmo tempo, possui escritório de planejamento para elaboração de projetos a serem financiados pela SUDAM.

Houve uma reunião coordenada por esse Sr. Pedro Aparecido Dotto, com a presença do Governador, do Secretário

do Estado, quando ficou acertada a venda de 20% das terras do Acre, hoje pertencentes a investidores vindos do Sul, como é o caso do Sr. Pedro Aparecido, que é de São Paulo. Chegou ao Acre há 20 anos e começou a comprar terras; hoje é o maior latifundiário do Estado!

Na reunião acima mencionada foi acertada a venda das terras, e é voz corrente que o Governador será intermediário ativo nas transações, pelo que poderá receber as habituais comissões de 20% que servirão para financiar sua campanha eleitoral do próximo ano.

É uma denúncia séria, esta que hoje trago ao conhecimento da Casa e da Nação. Uma coisa, entretanto, é definitiva: Não podemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ceder com o retalhamento do nosso Estado, com a venda indiscriminada de suas terras, tampouco com essa promessa de desmatar 20% das áreas florestais do Estado, principalmente porque existem estudos da EMBRAPA comprovando que as terras acreanas são mais apropriadas para a agricultura do que para a criação de gado. Temos um rebanho bovino de 800 mil cabeças, o que já é suficiente para abastecer o Acre e até para vender para outros Estados.

No momento, estamos vendendo carne para Manaus, Porto Velho e até para alguns Estados do Sul do País. Nossa pecuária é muito desenvolvida e não precisamos mais, absolutamente não, implantar novos projetos agropecuários no Estado. Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, existe uma decisão do Governo Federal de não permitir que a SUDAM fincie projetos agropecuários em áreas de mata densa, como é o caso do Acre.

Portanto, lanço o meu protesto contra a intenção do Governador Romildo Magalhães de, despojando-se da sua condição de Primeiro Mandatário do Estado, transformar-se em mero corretor de imóveis para vender 20% do território acreano.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a agricultura ainda não recebeu, no Brasil, o tratamento que lhe dispensam os países ricos e desenvolvidos do mundo. Embora seja o setor básico em qualquer economia, de surpreendente efeito multiplicador, ainda não recebeu da parte dos nossos governos os cuidados e deferências que deveria ter recebido há muito tempo. Enquanto os países ricos do mundo subsidiam fortemente sua agricultura, no Brasil, a atividade continua relegada a plano secundário.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhum setor da economia é mais capaz de dar respostas prontas e eficazes aos estímulos recebidos do que a agricultura. A falta de estímulos adequados a essa atividade econômica tão importante tem comprometido o próprio desenvolvimento do Brasil. Se tivéssemos reservado para a agricultura a importância que ela merece, certamente o Brasil não estaria patinando nessa crise econômica em que mergulhou há mais de uma década.

Fiz essas considerações preliminares, com as quais, tenho certeza, concordam todos os meus companheiros de Casa, para falar a respeito da crise que envolve a economia do sisal, uma fibra vegetal da qual o Brasil é o maior produtor mundial, sendo que a Bahia, o Estado que tenho a honra de representar no Senado, contribui com cerca de 80% do total.

A crise foi agravada pela seca que castiga o Nordeste brasileiro, visto que o sisal é produzido em zona de semi-árido.

Na Bahia, a produção é obtida por cerca de 10 municípios da Região Nordeste do Estado. Os pequenos produtores de sisal estão mobilizados para melhorar os padrões de produtividade dessa cultura, mediante a introdução de inovações tecnológicas, empregando-se igualmente em conseguir do Governo o amparo de política de preços mínimos para a produção não apenas da fibra bruta, mas igualmente da beneficiada. A partir deste mês de agosto, o Governo concordou em estabelecer preços mínimos para o sisal em estado bruto e beneficiado apenas por associações e cooperativas de pequenos produtores.

Faz-se necessário, Sr. Presidente, que o Governo financie também o sisal beneficiado, favorecendo a criação de empregos numa região como o semi-árido, em que a atividade agrícola é de alto risco. Até agora, infelizmente, apesar da intensa mobilização dos produtores, industriais, comerciantes e exportadores, o Governo tem resistido a tomar essa medida de grande alcance econômico e de inegável importância social.

Nos últimos cinco anos, Sr. Presidente, a produção média anual tem-se situado em torno de 220 mil toneladas. A emergência de uma seca de grandes proporções no Nordeste reduziu para cerca de 190 mil toneladas a expectativa de produção neste ano. Do total da produção nacional, 70% são exportados para países europeus, especialmente do Leste. Nos tempos áureos, os preços foram excepcionalmente compensadores, chegando a atingir 900 dólares a tonelada.

Todavia, depois do desmantelamento dos países comunistas do Leste da Europa, que eram os maiores consumidores, reduziu-se a demanda dessa fibra, provocando uma forte depreciação de suas cotações nos mercados interno e externo. A cotação chegou ao limite mais baixo quando atingiu 200 dólares a tonelada. Felizmente, nos últimos dois anos, os países do leste da Europa, principalmente Polônia, Rússia e Alemanha Oriental, voltaram ao mercado, contribuindo para novo ciclo de elevação das cotações, de tal forma que, hoje, a tonelada do sisal já está sendo comercializada a 350 dólares.

O Brasil, a Tanzânia e o Quênia, na África, respondem por 60% da produção mundial de sisal. Em nosso País, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba são os maiores produtores. No entanto, os preços internos dessa fibra sempre foram baixos, tornando imperativo o amparo social através da política de preços mínimos. Se não houvesse essa benfeitoria intervenção do Estado, a economia do sisal já teria sido inteiramente eliminada, com grandes consequências econômicas e sociais, uma vez que pelo menos dois milhões de brasileiros vivem, de alguma forma, em torno dessa cultura.

A maior parte desse universo é constituída de pequenos produtores, que lutam com grandes dificuldades para sobreviver dignamente com suas famílias. O preço interno está em CR\$10,00 o quilo, concordando o Governo em estabelecer o preço mínimo em CR\$ 14,07. As dificuldades se agravaram em razão da seca que castigou todo o semi-árido nordestino.

Basta dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que no Nordeste da Bahia, onde se concentram 80% da produção nacional de sisal, choveu, este ano, apenas 50mm — e esparsamente.

O sisal é uma planta resistente, que suporta até três meses de estiagem. Depois desse período, as folhas murcham e a qualidade da produção diminui sensivelmente, deteriorando-se a sua cotação. O futuro do sisal está diretamente relacionado com a onda ecológica que se verifica atualmente no mundo, principalmente nos países desenvolvidos, tornando politicamente correto o uso de bens oferecidos pela natureza. Como os preços do petróleo estão relativamente baixos, os

produtos sintéticos podem tornar-se economicamente competitivos diante das fibras vegetais. As preocupações do homem com o meio ambiente, principalmente nos países mais ricos do mundo, favorecem o sisal, como todas as fibras naturais.

Os produtores brasileiros de sisal reivindicam do Governo não apenas uma política consistente de preços mínimos, como também um apoio concreto para a introdução de recursos tecnológicos no desenvolvimento dessa cultura. Organizados em cooperativas, pequenos produtores da Bahia estão pleiteando do Governo a implantação de centro avançado de pesquisas do sisal, que teria por sede o Município de Valente. Essa legítima reivindicação dos produtores de sisal poderia ser atendida mediante esforço conjunto dos Governos da Bahia e Federal. Se há centros de pesquisas para o milho, a soja, o trigo, por que não para o sisal?

Existe tecnologia de ponta para o sisal. O Brasil já aproveita essa matéria-prima para produzir celulose de qualidade, que é empregada na confecção de papéis especiais de grande resistência, como sacos de cimento ou papel de cigarro. Essas indústrias localizam-se na Bahia, Pernambuco e Paraíba.

Por falta de conhecimentos tecnológicos, o aproveitamento do sisal se reduz a 5% da massa vegetal produzida. O resíduo, ou a maior parte do que é produzido, é fornecido ao gado como ração ou jogado fora.

Sabe-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o sisal pode servir de matéria-prima para a fabricação de produtos químicos e farmacêuticos. Há resultados reveladores de pesquisas nesse campo, mas nenhum estudo de mercado. Algumas dessas pesquisas de campo demonstraram o valor dessa matéria-prima na fabricação, por exemplo, de medicamentos. O que os produtores desejam é a criação de um instituto que se dedique à pesquisa dessa fibra vegetal, de modo a descobrir aplicações de interesse econômico.

O fato de o sisal mobilizar cerca de 300 mil empregos diretos e garantir a sobrevivência de cerca de dois milhões de brasileiros, segundo dados fornecidos pelo próprio Governo, justificam plenamente uma atenção maior para a sua economia. Existem oito indústrias na Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte aproveitando o sisal como matéria-prima.

Até recentemente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo tinha 65 mil toneladas de sisal estocadas em seus armazéns — ou cerca de 30% de uma safra anual média. Os estoques funcionam como instrumentos reguladores do mercado. Quando não há sisal em oferta no mercado, o Governo vende seus estoques para exportadores e industriais, garantindo a manutenção dessa importante atividade econômica.

Os estoques atuais são de 35 mil toneladas, que deverão crescer, uma vez que o Governo volta a comprar o produto da safra deste ano, graças à sua política de preços mínimos. O Governo planeja comprar mil e 500 toneladas mensalmente, a partir de agosto, o que corresponde a pouco menos de 10% da safra mensal. Quando os preços alcançam níveis satisfatórios de mercado, o Governo se retira.

Desta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, faço um apelo, que acredito que seja de muitos dos Srs. Senadores com assento nesta Casa, ao Presidente Itamar Franco para que determine ao Ministério da Agricultura a realização de estudos a fim de que a política de preços mínimos alcance também o sisal beneficiado, favorecendo a criação de emprego em uma Região do Brasil que sofreu os efeitos perversos das crises climáticas intermitentes.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, já no momento do meu primeiro mandato nesta Casa, tive oportunidade de tratar do problema do sisal, inclusive fazendo o apelo para a fixação do preço mínimo, pois o retardamento da decisão do Governo estava provocando graves prejuízos aos agricultores. V. Ex^a volta hoje ao assunto, muitos anos depois que fiz aquele pronunciamento, e, lamentavelmente, é obrigado a dizer que tudo tem piorado. O desapreço e o abandono vêm prejudicando, cada dia mais, a cultura do sisal, que dificilmente subsistirá, se não houver a providência ou as providências a que V. Ex^a se refere, tais os prejuízos que estão advindo aos que ali trabalham. Quero solidarizar-me com V. Ex^a e dar inteiro apoio ao apelo que neste instante está fazendo ao Governo da República.

O SR. RUY BACELAR — Nobre Senador Josaphat Marinho, agradeço suas eloquentes palavras junto ao meu modesto pronunciamento. V. Ex^a tem toda razão. A situação hoje é muito pior do que quando V. Ex^a verberou nesta Casa em favor da cultura do sisal. Pior também é a situação de nossa agricultura. Infelizmente, não existe uma política duradoura dos governos em relação a esse setor prioritário da economia nacional. Chego a dizer que a agricultura não é só um problema dos agricultores e dos bancos, mas de toda a Nação brasileira. Chego a crer que, na hora em que ela deslanchar no Brasil, a maioria dos grandes problemas brasileiros irá desaparecer.

Dando sequência ao pronunciamento, quero, nesta hora, em meu nome e creio que no de muitos dos Srs. Senadores, como os Srs. Senadores Josaphat Marinho, Garibaldi Alves Filho e tantos outros que são de Estados produtores dessa fibra, apelar ao Presidente Itamar Franco para que determine ao Ministério da Agricultura a realização de estudos a fim de que a política de preços mínimos alcance também o sisal beneficiado, favorecendo a criação de emprego em uma região do Brasil que sofre os efeitos perversos das crises climáticas intermitentes. Dirijo-me também ao Presidente da República para que o Ministério da Agricultura estude a implantação de um organismo dedicado exclusivamente à pesquisa de campo, a fim de descobrir múltiplas aplicações para o sisal, particularmente nas indústrias química e farmacêutica.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no início da semana, estive nesta tribuna para trazer ao conhecimento da Casa e da Nação a maneira como se está fazendo, no Estado de Rondônia, a chamada política da perseguição. Continua, Sr. Presidente, a ação do Governo do Estado de perseguição às prefeituras que fazem oposição ao Governo.

Hoje, volto à tribuna desta Casa para fazer novas denúncias às autoridades do País e à Nação sobre as arbitrariedades e perseguições levadas a efeito pelo Governo do Estado de Rondônia contra os atuais prefeitos municipais que, não pertencendo ao seu grupo político e nem rezando em sua cartilha, vêm sofrendo uma série de retaliações e discriminações quanto ao cumprimento constitucional do Estado para com os Municípios.

Assim, vejamos, Srs. Senadores: por força do § 3º, art. 159 da Constituição Federal, 25% do que a União repassa

aos cofres do Estado, relativo à arrecadação sobre produtos industrializados, pertence aos Municípios, conforme podemos verificar:

“§ 3º Os Estados entregaráo aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a distribuição do tributo arrecadado, por sua própria essência e destinação, teria o condão de contraprestar os serviços públicos municipais e minimizar as dificuldades por que passam os Municípios, principalmente com relação aos serviços essenciais de infra-estrutura, higiene, saúde, educação e bem-estar.

O direito do Município cristalizou-se pelas Leis Complementares nº 61/89 e nº 63/90 e pela Lei Federal nº 8.016/90.

A Lei Complementar nº 61, de 26-12-69, em seu art. 5º, diz o seguinte:

“Art. 5º Os Estados entregaráo aos seus respectivos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos que, nos termos desta Lei Complementar, receberem, observando-se para tanto os mesmos critérios, forma e prazos estabelecidos para o repasse da parcela do ICMS que a Constituição Federal assegura às Municipalidades.”

Diz o art. 1º da Lei Complementar nº 63, de 11/1/90:

“Art. 1º As parcelas pertencentes ao Município do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por este recebidas serão creditadas segundo os critérios e prazos previstos nesta Lei Complementar.

.....

Art. 3º 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação serão creditados pelos Estados aos respectivos Municípios.”

Diz ainda a Lei nº 8.016, de 8/4/90, no seu art. 1º, o seguinte:

“As cotas de participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, de que trata a Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, serão creditados em contas especiais, abertas pelas Unidades da Federação em seus respectivos bancos oficiais ou, na falta destes, em estabelecimentos por elas indicados, nos mesmos prazos de repasse das cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.”

A União, por sua vez, tem sistematicamente repassado ao Estado de Rondônia a referida arrecadação, publicando os respectivos valores no *Diário Oficial* da União, conforme informação do Tesouro Nacional. Contudo, o Estado de Rondônia não cumpriu a determinação legal de repassar ao Município de Porto Velho e aos outros Municípios do Estado a parte tributária que lhes é devida, e assim se apropria indevidamente de todos os repasses que a União lhe faz a esse título.

Com isso em mãos, a Administração de Porto Velho entendeu, com vistas a solucionar o grave problema, de oficiar ao Governo do Estado para regularizar a presente questão, mas, apesar de ter insistido reiteradamente, não obteve nem resposta, restando clara a absoluta falta de intenção de cumprir

com a sua obrigação. Inúteis os esforços da Administração Municipal junto ao Governo do Estado no sentido de obter o repasse da arrecadação tributária que lhe é devida, restando caracterizada, de forma acintosa, a apropriação ilegal e abusiva do Estado com relação a esses tributos, desviando a finalidade da arrecadação que lhe deve ser destinada e aplicada em benefício dos serviços públicos do Município.

É imperioso, Srs. Senadores, para a Administração Municipal de Porto Velho, a utilização dos recursos enfocados, forma exclusiva de contornar os gravíssimos problemas que se acumulam, expandem e assolam todo o Município. Sem dúvida, trata-se de ato ilegal e abusivo, constituído por omisão de cumprimento de obrigação legal, qualificado por ilegal apropriação de arrecadação tributária, que não pode continuar prosperando, mercê da inominável injustiça praticada contra os Municípios do Estado e a sociedade de Porto Velho.

Esgotados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos os meios administrativos e judiciais de que dispunha a Prefeitura de Porto Velho para regularizar a situação, e não restando àquela autoridade outra saída, venho a esta Casa para denunciar tamanho desrespeito à Constituição, ao mesmo tempo em que requeiro à Mesa do Senado Federal que faça encaminhar o nosso protesto ao Sr. Ministro da Fazenda...

O Sr. Odacir Soares — V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ronaldo Aragão?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Ex^a, Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Antes de mais nada, solidarizo-me com V. Ex^a pelas observações que faz quanto ao comportamento do Governador de Rondônia, relativamente às Prefeituras do Estado, principalmente aquelas que não compartilham das suas idéias no manuseio das coisas da administração pública. V. Ex^a traz à discussão desta Casa um assunto da maior importância, não apenas para os Municípios rondonienses, mas também para todos os Municípios brasileiros. É difícil encontrar neste País um Município que não esteja sofrendo, por parte do seu Governador, o mesmo tipo de retaliação. É uma anomalia que os Tribunais de Contas dos Estados deveriam corrigir e não o fazem, porque, por sua vez, também se encontram, muitos deles, atrelados à estrutura do Poder Executivo de cada Estado. V. Ex^a traz à discussão essa matéria de tamanha gravidade para a estrutura federativa do nosso País, constituída a partir do Município, relativamente ao caso de Rondônia, em que o Estado deixa de repassar para o Município aquelas parcelas que lhe são devidas. Ainda há dois ou três dias, a Companhia de Energia Elétrica do Estado de Rondônia, a pretexto de que a Prefeitura de Porto Velho tivesse débitos junto a essa Companhia, resolveu desligar o sistema energético da sede da Prefeitura da Capital de Rondônia, cujo prefeito, que pertence ao Partido da Social Democracia Brasileira, vem realizando uma administração admirável, cujo reconhecimento, diga-se de passagem, tem amplo e total apoio tanto do Senador Ronaldo Aragão quanto do Senador Odacir Soares.

O SR. RONALDO ARAGÃO — É verdade.

O Sr. Odacir Soares — Não apenas no que concerne ao dia-a-dia da sua administração, como também do ponto de vista da alocação de recursos no Orçamento da União para aquele Município. Então, gostaria de dizer a V. Ex^a, para terminar este aparte, que V. Ex^a traz à discussão um tema de repercussão nacional, que é de suma importância

para o Estado de Rondônia, porque, assim como acontece com a Prefeitura de Porto Velho, outros prefeitos do Estado de Rondônia vêm reagindo a essa prática nociva do Governador Osvaldo Piana, no sentido de discriminar aquelas prefeituras e aqueles prefeitos que não são adeptos da sua filosofia administrativa, que implica a condução ineficiente e desonesta dos negócios públicos do Estado de Rondônia. Meus cumprimentos e minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço e endosso o aparte de V. Ex^a, dizendo que nem o Estado — que tem a obrigação de dar conhecimento às prefeituras daquilo que elas têm direito — nem os seus órgãos prestam esclarecimentos aos Municípios a respeito da sua parcela no IPI; os 25% do total repassado ao Estado teriam que ser destinados, por sua vez, aos Municípios, o que não é feito, prejudicando muitos Municípios no Brasil, principalmente no Estado de Rondônia. Por isso, estamos trazendo tão importante matéria à consideração desta Casa e ao conhecimento do Ministro da Fazenda.

Gostaríamos também de nos reportar à retaliação — que V. Ex^a, Senador Odacir Soares, levantou muito bem — aos prefeitos que não comungam da filosofia política do Governador, o que se torna visível no corte de energia elétrica — que é o negócio mais absurdo do mundo — em órgãos que prestam até mesmo serviços essenciais, como é o caso dos hospitais, em Porto Velho, em Jaru e que, temos certeza, vai-se estender a outros Municípios do Estado.

O Sr. Odacir Soares — Inclusive a empresas que também não fazem parte do partido do Governador e não comungam da sua filosofia política. Mas lembrei também de outro assunto, Senador Ronaldo Aragão, que, se V. Ex^a me permitir, gostaria de trazer à discussão. Rondônia deve ser o único Estado brasileiro que, pelos desmandos praticados na área da saúde, se encontra sob intervenção federal. Ou seja, os recursos da área de saúde que são transferidos pela União para o Estado se encontram, hoje, sob intervenção federal. A Justiça Federal determinou o bloqueio de todos os recursos e designou uma comissão especial para gerência desses recursos. Os desmandos, os descalabros, as irregularidades são tamanhas que o próprio Poder Judiciário já interveio nessa questão e está submetendo a aplicação dos recursos que representam as transferências federais para a área de saúde a um controle e gerenciamento de um comitê designado pelo próprio Juiz Federal de Rondônia. Então, não precisaríamos de mais nada, nem mesmo das colocações que V. Ex^a faz, e que também estou fazendo, para caracterizar esse estado de descalabro em que vive o nosso Estado, a não ser dessa decisão do Juiz Federal de intervir no gerenciamento das verbas transferidas da União para o Estado para a área de saúde.

O SR. RONALDO ARAGÃO — V. Ex^a lembrou muito bem. O não cumprimento do SUS, da lei que rege a saúde no Brasil, levou à intervenção no setor de saúde de Rondônia, que já vem ocorrendo há algum tempo.

O Sr. Odacir Soares — Exatamente. E esses recursos estão hoje sendo geridos por um comitê designado pelo Juiz Federal.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Veja, portanto, V. Ex^a o descalabro que existe, não só na área de saúde, como nos outros setores da administração do Estado, que eu trouxe ao conhecimento desta Casa no início da semana, além de outras irregularidades de que a Nação precisa tomar conhecimento.

Mas, continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria levar esse assunto, tão importante para o Estado de Rondônia, que represento nesta Casa, também ao conhecimento do Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, para que as devidas providências sejam tomadas com relação à apropriação indébita, por parte do Governo do Estado de Rondônia, dos recursos que deveriam ser repassados aos Municípios do Estado. É preciso que seja respeitada a Constituição. É gravíssima a indevida apropriação da receita tributária pertencente ao Município de Porto Velho, como também aos outros Municípios do Estado, impossibilitando os seus prefeitos de desenvolverem os serviços essenciais de saúde, infra-estrutura básica, limpeza, higiene e de todos os direitos sociais da população.

Ademais, se não bastasse essa arbitrariedade, acabo de receber informação — inclusive já mencionada pelo Senador Odacir Soares — de que o Governo do Estado determinou à Companhia de Águas e Esgotos e à Companhia de Energia Elétrica do Estado que cortassem o fornecimento dos referidos serviços aos órgãos da Administração Pública do Município de Porto Velho, do Município de Jaru e de outros Municípios que virão, como Rolim de Moura e Ouro Preto, tais como hospitais públicos e outros de vital importância para a eficácia dos serviços públicos essenciais, com o propósito de desestabilizar a atual Administração, em virtude de o prefeito estar desenvolvendo um eficiente trabalho de construção e recuperação das vias públicas, embelezamento urbanístico da cidade, garantindo a aceitação da população à sua administração, e assim se contrapondo à expectativa do atual Governador e de seu grupo, que esperavam o fracasso da atual Administração do Município de Porto Velho.

Sr. Presidente, recebi da Prefeitura de Jaru um fax que passo a ler:

"CERON persegue prefeitura de oposição.

O município de Jaru, por ter um prefeito do partido de oposição ao Governo, está sofrendo as mais diversas perseguições, chegando ao absurdo de ter a energia cortada em todos os órgãos públicos por ordem da Diretoria da CERON, em Porto Velho.

Esta ação da CERON pode ser considerada arbitrária, pois nem mesmo alertou a administração que tomaria essa medida, prejudicando assim o andamento das ações administrativas, inclusive o atendimento ao público.

Vale salientar ainda que as Centrais Elétricas de Rondônia devem ao Município de Jaru a quantia de 20 mil litros de óleo diesel, porque é o município que está fornecendo óleo diesel para a geração de energia. O Estado, simplesmente, faz-se presente com os geradores, mas é o município que está pagando pelo combustível; e, ainda assim, o fornecimento de energia elétrica está sendo suspenso.

Diz o telex que esses 20 mil litros de óleo diesel foram cedidos a título do empréstimo que o Governo tomou ao Município.

Fica evidenciada — diz o fax — a perseguição ao prefeito, quando se verifica que a empresa de radiodifusão Nova Fronteira-FM do Povo — instalada irregularmente em Jaru, de propriedade do Vice-Governador Assis Canuto e do Sr. Fernando Santos, Presidente da Assembléia Legislativa — desde a sua instalação usufrui, graciosamente, da energia da CERON.

A Assessoria Jurídica do Município de Jaru já está tomando as medidas cabíveis para responsabilizar a Diretoria da CERON por essa arbitrariedade e por danos públicos, haja vista que tal medida afetou a prestação dos serviços essenciais à população. Ainda para sanar tais atitudes, a CERON terá que pagar pelo uso da rede pública de distribuição de energia de propriedade do povo do Município de Jaru.

"Não imaginava que, por ser o PT de um partido de oposição, o Governo viesse a fazer retaliações absurdas" — diz o prefeito do Município de Jaru, Ruy Luiz Zimmer, que não entende o motivo pelo qual está sendo praticada uma política pequena, mesquinha, muito própria daqueles que, com a consciência pesada por não terem feito nada quando na administração do Estado, apelam até para esse tipo de expediente, prejudicando uma população inteira.

Sr. Presidente, outros municípios também sofrerão a ação do Governador do Estado, por não concordarem — como disse muito bem aqui o Senador Odacir Soares — com a politicagem que está sendo empregada no Estado de Rondônia. O governo do Estado não repassa o ICMS da energia, não repassa o IPI devido e, ainda por cima, para intimidar os prefeitos de determinados municípios que têm uma arrecadação muito pequena, ameaçam-nos com o corte de energia e água como forma de represália por não terem concordado com a ação governamental.

Todas as vezes em que se fizer necessário, levaremos, da tribuna, ao conhecimento desta Casa e da Nação o que vem sendo praticado em relação ao projeto PLANAFORA do Governo Federal. Mais uma vez chamo a atenção do Ministério de Integração Regional, para que tome as devidas providências com relação à indústria de licitação que o Governo do Estado está querendo montar com os recursos do PLANAFORA, que são do Banco Mundial e do Governo Federal.

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ronaldo Aragão?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Ex^a, Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Há cerca de quarenta dias, em função das denúncias que V. Ex^a, o Senador Amir Lando e eu temos recebido dos mais diversos setores do Estado de Rondônia, relativamente à aplicação dos recursos do PLANAFORA — que, como V. Ex^a diz e todos nós sabemos, é um programa federal, porque foi, inclusive, aprovado no Senado Federal —, o Ministro Carlos Átila, do Tribunal de Contas da União, designou um relator junto àquela Corte para acompanhar a aplicação dos recursos do PLANAFORA em Rondônia e, na forma do próprio contrato que foi firmado pelo Governo Federal com o Banco Mundial, realizar auditorias de sessenta em sessenta dias. De modo que convidaria V. Ex^a para, na próxima segunda ou terça-feira, visitarmos o Ministro que foi designado relator dessa matéria, desse programa federal que está estimado em 250 milhões de dólares e cuja aplicação, no período de julho até o fim deste ano, atingirá a cifra de 50 milhões de dólares.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Pois não, Senador Odacir Soares. Agradeço a V. Ex^a o convite.

Também gostaria de lembrar que V. Ex^a, cumprindo o seu dever, pediu ao Tribunal de Contas da União que tomasse providências em relação aos recursos do PLANAFORA no Estado de Rondônia; consequentemente, foi alvo de críticas públicas até um pouco agressivas, feitas pelo Governador do Estado

O Sr. Odacir Soares — É verdade!

O SR. RONALDO ARAGÃO — ... as quais rebatemos na ocasião e no congresso que acabamos de realizar, quando dissemos que V. Ex^a estava cumprindo com o dever, até porque os recursos do PLANAFLORA eram provenientes da esfera federal; esses recursos foram aprovados nesta Casa e nós, como Senadores da República, temos obrigação de levar a público a sua aplicação. Quando V. Ex^a pede ao Tribunal de Contas que examine e fiscalize a utilização dos recursos, esse pedido cria um tumulto no nosso Estado.

O Sr. Odacir Soares — Exatamente! Isso ocorre porque o Governador diz que somos contra e porque, quando na Assembléia Legislativa, votou contra o PLANAFLORA:

O SR. RONALDO ARAGÃO — E engavetou-o por seis meses!

O Sr. Odacir Soares — Exatamente! Aqui no Senado fui o Relator, salvo engano, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e lutamos pela aprovação do programa. E, antes que ele aqui chegasse, brigamos por ele junto ao Presidente da República e junto ao Ministério da Integração Regional, à época Secretaria de Desenvolvimento Regional. O programa acabou chegando ao Senado, onde foi aprovado. Na realidade, é um programa federal e a nossa preocupação é que os recursos a ele destinados não sejam dilapidados, como está acontecendo com outros recursos federais que são transferidos da União para o Estado, em decorrência de mandamento constitucional.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Exemplo disso é a Secretaria de Saúde.

O Sr.. Odacir Soares — Exatamente! E agora, de público, gostaria de agradecer a V. Ex^a, pois naquela ocasião não me encontrava no Senado e V. Ex^a, não apenas aqui, mas também em entrevista publicada em Rondônia, da qual tomei conhecimento, fez a defesa da minha posição, relativa ao PLANAFLORA. Desejo agradecer a V. Ex^a por esse gesto, não apenas cavalheiresco, mas um gesto que talvez não se esperasse de alguém que não pertencesse ao PFL. Sua atitude, decente e honesta, foi, sobretudo, grandiosa.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Nobre Senador Odacir Soares, cumprí com o meu dever. O que fiz não foi nada de mais. Considero injusto o ataque feito a V. Ex^a, que estava cumprindo o seu dever com o Estado de Rondônia e com aqueles que o elegeram, até por que, quando o projeto PLANAFLORA foi analisado no Senado, o que queríamos era que os recursos fossem direcionados para as prefeituras. Isso criou uma celeuma no governo do Estado, que desejava ficar com todo o recurso para distribuir e fazer politicagem a seu bel-prazer. Isso não aceitamos. Quando aqui nos reportamos ao PLANAFLORA, é no sentido de que esses recursos sejam aplicados em benefício do desenvolvimento do Estado de Rondônia, mas parece, repito, que isso cria problemas ao governo do Estado, que não quer aplicar bem os recursos que são devidos ao Estado para o seu desenvolvimento.

O Sr. Odacir Soares — Outra anomalia que me estorrece, Senador Ronaldo Aragão, é ver como alguns ministérios, como o da Agricultura, que tem sob a sua jurisdição o INCRA e a EMBRAPA; o Ministério da Justiça, que tem sob sua jurisdição a FUNAI; às vezes, fico estarrecido e não comprehendo como organismos federais, que estão no PLAN-

FLORA como órgãos executores, admitem não receber as transferências que orçamentariamente lhes são devidas, porque o PLANAFLORA está inserido no Orçamento da União. Tenho informações de que, até este momento, contrariamente ao que dispõe o Orçamento Geral da União, a EMBRAPA de Rondônia, o INCRA e a FUNAI não receberam um centavo do PLANAFLORA. Os recursos devidos a esses organismos federais estão sendo gerenciados, e as licitações, que deveriam ser feitas por esses mesmos organismos localizados em Rondônia, estão sendo feitas pela Comissão de Licitação do Estado de Rondônia, de maneira irregular, ilegal. O PLANAFLORA, como sabemos, é um programa federal, cujos recursos para o exercício de 1993 estão inseridos no Orçamento Geral da União deste mesmo ano, e, para os anos de 1994, 1995 e 1996, estão inseridos no Orçamento Pluriannual de Investimentos da União Federal. Dessa forma, aproveitando-me do discurso de V. Ex^a, oportunamente pronunciado, faço esta denúncia e alerto o Ministério da Justiça, da Agricultura e outros Ministérios, de cujos organismos, em Rondônia, não me recordo neste momento...

O SR. RONALDO ARAGÃO — Está aí incluído o Ministério do Meio Ambiente.

O Sr. Odacir Soares — ... para que tomem providências e não permitam que irregularidades sejam cometidas, com a omissão desses organismos, relativamente à transferência que o próprio Ministério da Integração Regional deveria fazer, porque os recursos estavam indo para o Estado de Rondônia e não estão sendo transferidos para esses organismos federais.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Em boa hora, Senador Odacir Soares, V. Ex^a traz à baila esse assunto. Realmente, vários desses organismos, que deveriam realmente ter recebido os recursos, até hoje não o receberam. O IBAMA, o Ministério da Justiça, a FUNAI, a DEFARA, dentre outros, estão como "estranhos no ninho". Na realidade, o que eles teriam que fazer quando os recursos fossem repassados para o Estado seria repassá-los imediatamente a esses organismos, que deveriam geri-los. Isso não está sendo feito no Estado de Rondônia, e o Governo está-se apropriando de tudo.

O Sr. Odacir Soares — Como V. Ex^a sabe, sendo federal, de acordo com a sua filosofia, o programa definiu os seus executores. O Estado de Rondônia é um dos executores, mas existem outros, que são exatamente os Ministérios, através das suas delegacias e dos seus órgãos no Estado de Rondônia, mas nada disso está acontecendo. Fica aqui a denúncia ao Tribunal de Contas da União.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Já levei isso ao conhecimento do Ministério da Integração Regional. Conversei também com o Sr. Ministro, nosso amigo, sobre a crítica de que estaríamos querendo atrapalhar o PLANAFLORA e pedi providências a S. Ex^a

O Sr. Odacir Soares — Quase na mesma oportunidade em que V. Ex^a levou a sua preocupação ao Ministro, estive com S. Ex^a, que se disse surpreendido. Acredito que S. Ex^a realmente não tivesse conhecimento disso, porque, conhecendo o programa, e já que lhe seria lícito admitir que estivesse sendo executado de forma irregular, S. Ex^a teria tomado as medidas cabíveis. Na mesma ocasião, o Ministro Alexandre Costa chamou o Dr. Lourenço Vieira da Silva, que é o Secretário do Desenvolvimento Regional do Ministério, e determinou-lhe claramente que a questão fosse apurada e providências

imediatas fossem tomadas. Queria prestar esse depoimento, porque, assim como V. Ex^a, também manifestei ao Ministro minhas preocupações. S. Ex^a, além de se dizer surpreso, porque é um homem que faz questão de administrar a coisa pública com absoluta transparência e decência, na mesma ocasião, determinou providências em relação à matéria.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Nobre Senador Odacir Soares, agradeço-lhe por esse esclarecimento e também pelo aparte.

O Estado de Rondônia, hoje, pratica uma política *sui generis*. O Governo não está identificado com coisa nenhuma e até hoje não disse a que veio. O Governador considera-se dono do Estado e abusa de sua autoridade, intervindo até nas prefeituras, como ocorreu em Porto Velho, Jaru e Ouro Preto. Provavelmente ainda intervirá em outras. Estamos denunciando previamente que isso irá ocorrer porque o Governador tem a intenção de retaliação.

O Sr. Odacir Soares — Senador Ronaldo Aragão, na realidade, essa atitude do Governador, neste momento, em relação às prefeituras administradas, não por adversários políticos de S. Ex^a, mas por prefeitos que pertencem a outros partidos, representa uma chantagem política relativamente aos outros prefeitos. Sabe V. Ex^a que, há três ou quatro dias, ocorreram dois episódios no cone sul do Estado de Rondônia, quando o Governador humilhou publicamente os prefeitos dos Municípios de Colorado do Oeste e de Cerejeiras. Essa atitude do Governador, mais do que uma retaliação, representa um sinal para aqueles prefeitos que mantêm hoje boas relações com o Governador, mas que amanhã poderão deixar de assim agir. Trata-se de chantagem política que o Governador faz com os municípios administrados por prefeitos de outros partidos e com municípios administrados por prefeitos que hoje batem palmas para o Governador, quando de sua passagem por suas cidades.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Lembrou muito bem V. Ex^a ao dizer, no início da semana, que o Governador do Estado caminha para o destempero verbal, o desequilíbrio. Pudemos notar claramente isso quando, na cidade de Colorado, expulsou o Prefeito daquele Município de dentro do seu carro porque ele não estava concordando com aquilo que o Governador estava afirmado. Até por divergências políticas, o Governador do Estado estava dirigindo aos Senadores de Rondônia palavras chulas, não condizentes com a autoridade que hoje tem, com a responsabilidade de governar o Estado. Como o Prefeito não aceitava essas retaliações, o Governador expulsou-o de dentro do carro. Observa-se, assim, o desequilíbrio e o destempero do Governador do Estado de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. RONALDO ARAGÃO EM SEU DISCURSO:

OFÍCIO Nº 129/GSOS/93

Brasília, 14 de março de 1993

Exm^a Sra.

Dr^a Luiza Erundina

DD. Ministra-Chefe da Secretaria de Administração Federal

— SAF

Esplanada dos Ministérios

Brasília — DF

Senhora Ministra-Chefe,

Responsável pela iniciativa que deu origem à inclusão do art. 22 no contexto da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos servidores civis dos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional, tenho acompanhado com vivo interesse as providências complementares destinadas a viabilizar a efetiva aplicação da citada lei.

Assim é que estou ciente de que os instrumentos regulamentadores do disposto no citado artigo estão sendo ultimados no âmbito dessa Secretaria.

Estou, bem assim, inteirado de que o Orçamento Geral da União para 1993, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, dota os órgãos públicos federais de numerário suficiente para o cumprimento do que preceitua o artigo já mencionado.

Preocupa-me, todavia, o problema específico dos servidores federais do ex-Território Federal de Rondônia, ora à disposição do Governo Estadual, é que, estes, como há de ser do conhecimento de Vossa Excelência, acham-se vinculados a essa Secretaria de Administração Federal.

Ora, estou ciente de que os funcionários do SAF, em exercício em Brasília, vêm recebendo o vale-refeição desde janeiro do corrente, enquanto que os sediados no ex-Território Federal de Rondônia nada receberam até agora.

O propósito deste Ofício é de dar-lhe ciência dessa anomalia, e, simultaneamente de instar para que seja reposto, no caso vertente, o princípio da eqüidade.

Assim é que solicito de Vossa Excelência a adoção das providências que lhe parecerem melhores e mais ágeis, para que os funcionários federais do ex-Território de Rondônia tenham acesso imediato ao benefício do vale-refeição e que os efeitos de tais medidas sejam, por eqüidade, retroativos a janeiro do ano em curso.

Renovo-lhe o testemunho de meu apreço e consideração.
— Senador Odacir Soares, Vice-Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 259/GSOS/93

Brasília, 30 de junho de 1993

Exm^a Sr.

Gal. Romildo Cahim

DD. Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Federal
— SAF

Brasília — DF

Senhor Ministro,

Dirijo-me a Vossa Excelência para reiterar os termos do Ofício nº 129/GSOS/93, de 14 de março de 1993, cópia anexa, que trata da concessão de auxílio-alimentação aos servidores federais, especificamente aos do ex-Território Federal de Rondônia, tendo em vista não ter ainda recebido nenhum pronunciamento dessa Secretaria a esse respeito, e considerando as inúmeras reivindicações que são a mim dirigidas pelos servidores citados.

Certo de que Vossa Excelência determinará providências de imediato, aproveito para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador Odacir Soares, Vice-Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tomamos conhecimento pelos jornais de que “Bancos ameaçam Itamar

com aumento dos juros" (**Correio Braziliense** de 12 de agosto do corrente).

Diz o Correio:

"Os bancos irão responder com aumento das taxas de juros, caso o Governo decida reduzir os ganhos alcançados pelas instituições financeiras, com a cobrança de tarifas pelos seus serviços".

Eles ainda não estão satisfeitos com os lucros fabulosos que estão ganhando, com o empobrecimento do Brasil inteiro, com a inflação, por eles fabricada e de que nos dá notícia minuciosa a revista **Veja**, de 11 de agosto deste ano de 1993. Querem mais. Muito mais!

Leiamos o **Correio Braziliense**, sobre o que diz o Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, para que fique transscrito, nos Anais do Senado, a enormidade do atrevimento de sua ameaça ao Senhor Presidente da República, tanto quanto da certeza que tem do poderio de sua Federação.

De acordo com o Sr. Alcides Tápias, Presidente da FEBRABAN, "se isso acontecer" — ou seja, se o Presidente mandar, determinar que se abajem as taxas — , o aumento dos juros, sem dúvida, também irá prejudicar o combate à inflação. Do couro se faz a correia", ameaçou, referindo-se às críticas do Presidente Itamar Franco aos ganhos exorbitantes obtidos pelos bancos. O Presidente da FEBRABAN antecipou também que "os bancos não irão passivamente aceitar a redução dos seus lucros."

O combate ao Sistema Financeiro Nacional tem sido uma das minhas bandeiras prediletas de luta, embora conheça a sua força e do que são os banqueiros capazes.

Napoleão dizia que ninguém será capaz de derrotá-los. Ferdinand Lassale chamava a Constituição escrita de simples "folha de papel", pois, para ele, a verdadeira Constituição era "a soma dos fatores reais do Poder", e entre esses "fatores" estavam os banqueiros.

Prossigamos lendo o **Correio Braziliense**:

"O Presidente da FEBRABAN antecipou também que os bancos não irão aceitar passivamente a redução dos seus lucros. Lutamos por tarifas claras e transparentes — , proclamou. Em mais uma confrontação com as declarações do Presidente Itamar Franco, contrário à cobrança das tarifas, Alcides Tápias defendeu a posição dos técnicos do Banco Central, de que as taxas dão transparência às relações entre as instituições financeiras e o Governo. — As tarifas decorrem de custos efetivos e têm sido cobradas das pessoas que usam os serviços — , explicou.

Alcides Tápias admitiu, no entanto, que os preços cobrados pelos serviços bancários sofrem grandes oscilações, de acordo com as instituições. Ele acredita que a questão se resume na livre concorrência e cabe aos clientes escolher quais os bancos que utilizarão. O Presidente da FEBRABAN afirmou também que a diversidade dos custos varia conforme a qualidade dos serviços prestados por cada banco. Para Tápias, a opção por um banco que cobre tarifas menores é equivalente à escolha de restaurantes e hotéis mais caros ou mais baratos."

E continua o jornal:

"O Presidente Itamar Franco anunciou esta semana a disposição de pedir ao Ministro da Fazenda, Fer-

nando Henrique Cardoso, que reveja a cobrança das taxas bancárias. Com a inflação acima de 30 por cento, o Presidente avalia que os bancos estão apresentando lucros muito elevados, o que pode ser constatado nos próprios balanços publicados por essas instituições.

Está criado o impasse: O Presidente pede, ao invés de determinar, a seu Ministro da Fazenda que reduza os ganhos alcançados pelos banqueiros com a cobrança de tarifas pelos seus serviços. Em resposta, o Presidente da mais poderosa instituição privada do Brasil — a Federação Brasileira das Associações de Bancos — , ameaça aumentar os juros para prejudicar o combate à inflação."

Evidentemente é uma chantagem!

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É gravíssima a expectativa em que ficamos. Quem ganhará essa disputa? Quem é mais forte entre os dois Presidente? Itamar Franco ou Alcides Tápias? O Presidente do Brasil ou o da Federação dos Bancos? Pelo menos, ficaremos sabendo o que é mais importante para nós e para o Presidente Itamar: o Brasil ou os bancos?

Se o Presidente Itamar fraquejar e ceder à ameaça de Tápias; se Sua Excelência, que tem dado respostas firmes e francas à gente de menor tamanho, não der a resposta que Tápias merece; se não aproveitar o momento para enxergar a monstruosidade do gigantismo anômalo em que essa instituição está se transformando; se o Presidente fingir que não tomou conhecimento de nada e não convocar seus Ministros para tomar as providências normativas que o caso merece, cabe a nós, representantes do povo, tratar de nos unir, desde já, para colocar o Sistema Financeiro em seu devido lugar, ou seja, de simples permissionário do serviço público e linha auxiliar do carro-chefe das instituições de crédito, o Banco do Brasil, que precisamos defender com unhas e dentes, pois os bancos privados estão contando como certa a sua privatização, fazendo do Banco Central um instrumento também de seus interesses.

Foi bom que o Sr. Tápias viesse a público para exteriorizar o pensamento da Federação que preside. Foi bom que ele nos mostrasse a todos que a inflação que nos corrói e a crise em que vivemos valem muito menos que seus lucros exorbitantes.

Foi bom, porque Tápias ofereceu ao Senhor Presidente da República a oportunidade certa para refletir sobre o que estão sendo os bancos. Não pode o Presidente Itamar, daqui para frente, continuar pensando que pode contar com eles, para que, espontaneamente, abram mão de seus lucros. Lucros, lucros e mais lucros... Só disto entendem os banqueiros. De interesses do povo, de bem comum, não entendem e riem, um riso de mofa, daqueles que estão tratando disso.

É necessário e urgente que os legítimos representantes do povo começem, e já não é sem tempo, a se unir, para que possam pensar em termos de revisão constitucional. Eles são muito poderosos, mas acredito que podemos muito, aqueles que não se corrompem e querem modelar a Constituição para nós, o povo, e para nossos filhos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Bello Parga _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Dirceu Carneiro
Elcio Álvares _ Garibaldi Alves Filho _ Humberto Lucena
Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Jarbas Passarinho _ João Calmon

João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Richa _ Jutahy Magalhães _ Juvêncio Dias _ Mansueto de Lavor _ Marluce Pinto _ Moisés Abrão _ Nelson Carneiro _ Ney Maranhão _ Odacir Soares _ Pedro Simon _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como não estamos sozinhos no mundo, a Educação de qualquer país tem repercussões sobre a sua situação econômica e social.

Importa, por isso, preocupar-se com o processo educacional, para que ele assegure uma vida melhor aos cidadãos, em vez de uma posição de inferioridade no contexto internacional.

Nesse setor, o Brasil obteve, nas últimas décadas, uma grande expansão quantitativa das matrículas no ensino fundamental, conseguindo, pelo menos, levar os alunos à escola por algumas poucas horas diárias. Perde, porém, na qualidade e equidade, inclusive formando pequeno número relativo de alunos.

Em virtude desse estrangulamento, é escasso o número dos que atingem o ensino médio e superior.

Os contrastes saltam à vista, quando comparamos o Brasil com os países do Leste Asiático, particularmente os chamados "tigres". Eles, primeiro, expandiram as matrículas do ensino fundamental para, em seguida, dar um salto qualitativo e expandir os níveis de ensino ulteriores.

Nosso País, entretanto, permaneceu na primeira etapa, desperdiçando recursos preciosos. Só para mencionar a repetência no ensino fundamental, basta observar que a média para o Brasil, em 1970, foi de 13%, subindo para 20% e 19%, respectivamente, em 1980 e 1987.

Em Cingapura, sempre utilizando dados da UNESCO, a mesma taxa caiu, naqueles anos, para 6%, 7% e 1%. O Japão e a República da Coreia têm a promoção automática daquele nível, sem prejuízo da qualidade.

Como resultado, em 1989, a taxa bruta da escolaridade do ensino médio para o Brasil era de 39% e, para a República da China, Taiwan, 95%; isto é, nesta última, quase todos os jovens cursam escola média. No mesmo ano, o Brasil tinha 1.045 estudantes de ensino superior por 100 mil habitantes. Permito-me repetir: no mesmo ano, o Brasil tinha 1.045 estudantes de ensino superior por 100 mil habitantes, ao passo que a República da Coréia tinha 3.841.

O Brasil aplica pouco e mal em Educação, num mundo em que as dificuldades econômicas e a competição com outras despesas sociais torna difícil o incremento de recursos.

Apesar dos grandes cuidados que inspira a comparação de dados financeiros internacionais, não são desprezíveis alguns dados da UNESCO para 1988. A despesa educacional pública brasileira correspondeu a 3,7% do Produto Nacional Bruto; a de Cingapura, 3,4; e a da República da China, Taiwan, 5,5%. O Brasil despendeu mais do que Cingapura e obteve resultados qualitativos muito inferiores. Pelo atraso a recuperar, o Brasil poderia ter aplicado tanto quanto a República da China, Taiwan, mas os resultados seriam pífios pela ineficiência.

O contraste entre o Brasil e os "tigres asiáticos" leva-nos a indagar sobre a "receita" do êxito desses últimos. Enfrentando a escassez de numerosos recursos naturais de energia, aqueles países viram na Educação fonte de riqueza nacional.

Trataram de priorizar a escola fundamental como meio de combater o analfabetismo. Depois, consolidada esta, expandiram e qualificaram o ensino médio e o superior; enfatizaram a formação de professores como tarefa do Estado; estabeleceram um sistema de avaliação dos resultados do sistema educacional; fixaram critérios claros de alocação de recursos; preocuparam-se com a eficiência e os resultados; asseguraram a gratuidade da escolarização compulsória; e ofereceram subsídios seletivos do Estado para os níveis ulteriores.

Enquanto isso, o Brasil subvalorizou a Educação; expandiu os níveis de ensino caoticamente, garantindo a qualidade apenas em ilhas de excelência — que são poucas —; expandiu os cursos noturnos particulares para a formação de professores; desagregou as escolas normais; pôs obstáculos à avaliação dos resultados do sistema educacional; não utilizou critérios claros de alocação de recursos; ofereceu a gratuidade indiscriminada; e não colocou objetivos claros, em termos de um projeto nacional de Educação, para os recursos financeiros.

As melancólicas consequências aí estão. Aliás, não seria necessário comparar com a Ásia. Na América Latina, só o Suriname tem repetência no ensino fundamental mais alta que a do Brasil, segundo os últimos dados disponíveis da UNESCO. Em relação ao Chile e à Argentina, ficamos a dever na maioria dos indicadores educacionais. Aliás, o Chile foi pioneiro na avaliação do sistema educacional, e a Lei Federal de Educação da Argentina, aprovada no último mês de abril, enfatiza, em vários dispositivos, a obrigatoriedade de uma avaliação ampla e contínua.

Este Senador, que tem a honra de se dirigir aos eminentes colegas neste momento, por três anos sucessivos incluiu no Orçamento da República uma verba substancial para avaliação da Educação, desde o jardim de infância até a universidade, com seus cursos de mestrado e de doutorado. Em nenhum desses anos o dinheiro destinado à avaliação teve esse destino. Todos os recursos foram utilizados para outras finalidades.

No século passado, três presidentes argentinos — Mitre, Sarmiento e Avellaneda — deram continuidade à obra de transformação educativa. Um desses estadistas argentinos, Sarmiento, cunhou essa frase imortal:

"O povo é o soberano. Eduquemos o soberano."

Nunca, neste País, um presidente da República traçou esse esquema prioritário para o Brasil. O resultado aí está: o Brasil no limiar de uma convulsão social, que apenas muda de rótulo de acordo com os autores da afirmação. Neste País, as metas para a Educação não costumam ser cumpridas, pelo menos em relação ao art. 60 das Disposições Transitórias.

Enquanto isso, na Argentina, asseguraram-se as mudanças educativas. Para tanto, foram vinculados recursos fiscais e patrimoniais para a Educação; fixaram-se critérios claros de alocação de recursos; o governo central passou a transferir recursos às províncias, de modo a compensar as desigualdades regionais; e, além das prestações de contas, criaram-se comissões eleitas pelas comunidades para acompanhar a aplicação de verbas educacionais.

No Brasil, apesar de a Lei Orçamentária, por minha iniciativa, desde 1989, incluir recursos para uma avaliação ampla da Educação, nada foi feito até hoje, além de iniciativas pontuais. No caso do ensino superior, temos diversas iniciativas de avaliação, sem que ainda se tenha conseguido montar um sistema em que a coletividade participe do processo, apesar de pagar o ensino superior. O Congresso Nacional, por meio

de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — de iniciativa de um admirável Deputado potiguar, João Faustino —, o Banco Mundial e o IPEA produziram relatórios recentes. O MEC estabeleceu, por iniciativa do eminente Ministro Murilo Hingel, uma comissão de avaliação. Os resultados do estudo do IPEA já foram obtidos, e eu os incorporo a este pronunciamento, sem, entretanto, encampar todas as teses lá incluídas.

Todos esses problemas educacionais são sérios, porém a circunstância histórico-social é grave. Piores do que todos esses problemas são a inflação e a sonegação fiscal, que minam as forças da sociedade do modo mais perverso. Aqui, no Senado, está em funcionamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre sonegação fiscal. Em parte, em consequência dessa iniciativa — que devemos ao atual Ministro da Fazenda, o então Senador Fernando Henrique Cardoso —, a arrecadação de impostos federais no Brasil cresceu substancialmente nos últimos meses. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o aumento de despesas com o funcionalismo público federal excede substancialmente o aumento da arrecadação de impostos decorrente dessa iniciativa do Senado Federal. Nessa base, o Brasil nunca sairá desta situação afeita em que se encontra. Temos uma crise de legitimidade pela qual muitos se eximem de pagar tributos e contribuições, quer ingressando na Justiça, quer sonegando diuturnamente e impunemente. Sob o pretexto de que o Estado não aplica bem os recursos, instala-se a lei do "salve-se quem puder". Com isso, faltam recursos para a Educação e tudo o mais, inclusive para a Saúde, levando o País a um círculo vicioso em que as contas públicas não conseguem equilíbrio e se realimenta a inflação. Em tal ambiente de instabilidade, desenvolve-se a politização, não necessariamente no sentido de consciência honesta dos problemas e soluções, mas no sentido do aproveitamento de oportunidades contra o interesse público.

Tal estado de coisas requer evidentes mudanças. Uma delas é a revisão constitucional, que deverá atualizar a Lei Maior, elaborada antes da queda do muro de Berlim, antes da derrocada do comunismo, antes do surgimento da Comunidade de Estados Independentes, substituindo a antiga União Soviética e partilhando, por isso, de ilusões há muito desvane-

cidas no mundo socialista. E, dentro desse quadro, não me canso de repetir: até a Albânia, que era o país comunista mais radical, já se filiou ao Fundo Monetário Internacional.

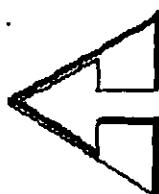
É preciso que a ordem legal seja favorável ao combate à inflação, à retomada do crescimento e a uma Educação capaz de responder aos desafios nacionais. Nesse sentido, cabe lembrar o que a Educação pode fazer também pela classe política, para que esta desenvolva a consciência dos problemas e soluções para o País. Tal papel deve ser cumprido primordialmente por institutos de educação política, mantidos pelos partidos, conforme proposta de minha autoria incorporada à respectiva Lei Orgânica. Felizmente, o nobre Senador José Fogaça incluiu no seu projeto de reformulação da lei partidária um artigo, consagrando, mais uma vez, a necessidade desses institutos de formação política, que, se existissem, não estaria ocorrendo no Brasil de hoje tão alto índice de rejeição à classe política, conforme todas as pesquisas confirmam, da maneira mais eloquente e incontestável.

Também o rádio e a televisão podem se constituir numa outra forma de educação, colaborando inclusive numa campanha contra a evasão fiscal. Na área mais específica da televisão, deve-se procurar reduzir ou eliminar o estímulo ao jogo desenfreado, que agora está sendo explorado por esse meio de comunicação.

Como se observa, a Educação tem amplo alcance, dentro e fora da escola, merecendo a atenção e a prioridade de todos. Em sua sabedoria, os orientais a têm valorizado há milênios — e os resultados hoje são patentes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, incorpoço a este pronunciamento todo o temário discutido, no, Rio de Janeiro, por iniciativa do CESGRANRIO, sobre problemas de importância transcendental da Educação brasileira. Desse seminário, participaram sumidades da Educação do nosso País. Sinto-me no dever de incorporar aos Anais do Senado os nomes dos conferencistas e os temas que lá foram abordados de maneira realmente magistral.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOÃO CALMON EM SEU DISCURSO:



Fundação CESGRANRIO

Forum Educação, Cidadania e Sociedade

Coordenação: Profª Aspásia Camargo

6 de agosto de 1993, sexta-feira, 09:00 hs.

O MODELO EDUCACIONAL BRASILEIRO: Desperdício, Repetência e Politização da Escola

Rua Cosme Velho, 155 - Cosme Velho
Tel. 285-3033
Rio de Janeiro, RJ

(B) As grandes indústria

A PEDAGOGIA DA REPETÊNCIA: 60 ANOS DE EQUÍVOCOS

- Por que o aluno estuda mas não aprende?
- Por que razão a sociedade se recusa a assumir que, em matéria de educação, o mal maior não é a evasão escolar mas, antes de tudo, a repetência?
- Haverá mesmo escolas vazias no ano 2000?
- A escola em tempo integral resolveria, de fato, o problema?

OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO SÃO SUFICIENTES E MAL GASTOS

- Quem deles se apropria e para que fim?

A ESCOLA É A UNIDADE GERENCIAL QUE DEVERIA SER O CENTRO DINÂMICO DO SISTEMA DE ENSINO, MAS NÃO É

- Interesses políticos distorcem as relações entre professores e alunos
- A burocracia é mais importante do que o professor e seus alunos
- A experiência inovadora de Minas Gerais

A FUNÇÃO DO PROFESSOR COMO INSTRUMENTO DE IRRIGAÇÃO DA BUROCRACIA ESTATAL, NOS GABINETES, NAS SECRETARIAS, NAS ASSEMBLÉIAS, ETC.

- Por que existem no sistema educacional brasileiro professores demais e alunos de menos?

A DESPROPORÇÃO DE RECURSOS EM FAVOR DO ENSINO SUPERIOR

- A baixa produtividade da Universidade
- A resistência à avaliação
- O corporativismo: o mal do século?

A) "O modelo educacional facilita",
sempre novo, do jobo
CESGRANRIO
PROGRAMA

09:00 Prof. Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Abertura

O PROBLEMA:

09:15 Prof. Sergio Costa Ribeiro
EVASÃO E REPETÊNCIA

09:30 Prof. Paulo Elpidio de Menezes Neto
OS GRUPOS DE INTERESSE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A SOLUÇÃO:

09:45 Profº Guiomar Namô de Mello e Prof. Walfrido dos Mares Guia
A SAÍDA ESTÁ NA ESCOLA: Autonomia e Avaliação

10:00

Debates

10:30

Debates

14:00 Profº Eunice Durham e Prof. Edson Machado de Sousa
AS DISTORÇÕES DO ENSINO SUPERIOR: Como Corrigí-las?

14:30

Debates

17:00

Encerramento

DEBATEDORES E CONVIDADOS

Deputado Miro Teixeira
Prof. Antonio Paim
Prof. Edgar Flexa Ribeiro
Profº Terezinha Saraiva
Dr. Edson ~~MACHADO~~ MACHADO
Dr. Hélio Barros

Dr. John Edwin Mein
Dr. Hugo Lovisolo
Prof. Simon Schwartzman
Dr. Antonio Carlos Xavier
Dr. Divonzir Gusso
Profº Myrthes Wenzel
Prof. Moaci Carneiro

Homenagem: Senador João Calmon

A UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

Restringindo-nos ao setor da Educação, foi consagrado de direito um comportamento que ao longo dos anos vinha sendo adotado pelo Governo, mas que deveria ser radicalmente modificado, por ser extremamente injusto. Segundo a Constituição "compete preferencialmente à União organizar e oferecer o ensino superior". Essa é uma distorção tipicamente brasileira, que deve ser contestada sistematicamente, uma vez que, as universidades federais atendem uma clientela de estudantes que pertencem às classes sociais mais abastadas e que podem financiar seus estudos, pois de modo geral sempre freqüentaram escolas privadas de alto nível no ensino fundamental e médio, visto que estas instituições não ampliaram satisfatoriamente sua oferta de cursos noturnos, e em decorrência disso, restringiu o acesso ao ensino superior gratuito aos estudantes trabalhadores que pertencem às classes sociais mais carentes, ficando rotulado como um ensino "elitista".

As Instituições Federais de Ensino Superior, constituem hoje, uma espécie de casta universitária, em estado de greve quase permanente, bastante eficientes em matéria de reivindicações de salários, vantagens e benefícios, porém, de forma diferenciada inoperantes no que diz respeito a sua missão pedagógica e científica que deveriam considerar prioritariamente para corresponder ao seu custo. Entre suas deficiências podemos destacar sua relativa incapacidade para desenvolver pesquisas, e, consequentemente fundar um banco permanente de informações que atualize o pensamento do País, transformando-se em laboratório de alta criatividade. Se quisessem poderiam ter superado suas dificuldades e contribuído de forma substancial na tarefa encurtar a distância que nos separa das nações desenvolvidas. Não tenho dúvidas de que, para desempenharem com eficiência suas principais funções que são o ensino profissional e a pesquisa científica e tecnológica, para os quais devem ter sido criadas é necessário que se ajustem à realidade das regiões a que pertencem, bem como, aos seus recursos, e se transformem de fato em instituições de ensino e, dentro do possível, de pesquisa, voltadas para os problemas da comunidade na qual estão inseridas, em lugar de defender os interesses corporativistas dos docentes e funcionários, uma vez que, apresentam em sua maior parte baixos níveis de eficiência operacional, bem como, ociosidade de recursos humanos e de infra-estrutura que é refletido pelas variáveis apresentadas pelo sistema, e, consequentemente pelas relações docente/alunos e administrativo/alunos que são de 1 professor para 7 alunos e 1 administrativo para 7 alunos, margem largamente superior à de uma classe de escola maternal. Com relação aos concluintes a relação é de 1 formando para 8 matriculados, o que evidencia a longa permanência dos alunos nestas instituições, e, que nos leva a indagar: Como pode ser pública, então, uma universidade com tal descaso idades e pela distribuição da renda nacional.

Quanto a situação de crise vivida pelas universidades na última década, vale salientar que os recursos alocados para o ensino superior, consumiram aproximadamente 60% da dotação orçamentária global, destinada ao MEC e não houve expansão de vagas, porém, o custo médio direto anual **per capita** foi da ordem de US\$7.500,0, gastos para atender uma média anual de 323.000 estudantes, atingindo um dispêndio anual da ordem de US\$2.423,0 milhões. Além dos recursos alocados no Ministério da Educação, existem outros consignados no Ministério da Ciência e Tecnologia, destinados a

atender este ensino, porém, não foram computados nos custos acima citados. Certamente as instituições privadas nacionais e internacionais, que apresentarem um dispêndio anual dessa ordem são de boa qualidade. Paralelamente, foram dispensados no mesmo período, uma média nacional de aproximadamente US\$230,0 anuais **per-capita** com os 20,0 milhões de alunos da rede pública matriculados no ensino fundamental, representando uma despesa anual de US\$4.600,0 milhões. Em um simples exercício aritmético constata-se que os recursos destinados a atender os alunos do 3º grau, representam aproximadamente 53% do montante gasto com o ensino fundamental, evidenciando uma profunda distorção no Sistema Nacional de Educação, que deveria investir proporcionalmente um maior volume de recursos em sua base.

Portanto, no limiar dos anos 90 a crise na universidade — considerada do ponto de vista pragmático — não repousa apenas na falta de recursos materiais, mas, também na má gestão. Ela ainda não adquiriu autonomia administrativa para ser um instrumento de política, em vez de simples objeto político. O conselho de reitores defende a tese de que a legislação universitária seja enxuta, dando-lhes maior autonomia, para que se organizem individualmente e possam operar as mudanças necessárias ao bom desempenho de suas funções, sem obedecer um modelo único preestabelecido. O modelo único deve ser suprimido, dando-lhes mais flexibilidade e liberdade para que cada uma encontre seu caminho e se integre na sociedade local para desenvolver suas pesquisas básicas. Uma universidade no Ceará não pode ser igual a outra no Paraná. Isso é correto. Mas, como transformá-las em instituições voltadas para sua realidade num sistema federativo como o nosso em que os estados são muito diferentes entre si por seus problemas peculiares e renda **per capita**? Como dar-lhes maior independência, se suas condições de pleno funcionamento restringiram-se a uma única fonte de financiamento, que são os recursos do Tesouro alocados no orçamento do MEC, pois, os recursos provenientes de outras fontes são insignificantes. Em decorrência disso, são tratadas de maneira uniforme, bem como, regidas por um estatuto federal e dependentes do Conselho Federal de Educação. As universidades estaduais, como é o caso de São Paulo, são mais independentes em relação ao Ministério e ao Conselho pelo simples fato de serem estaduais, mantidas com recursos do estado, voltadas para sua realidade e em perfeita sintonia com a sociedade em que se desenvolvem, o que não ocorre com a maioria dessas universidades federais que estão fisicamente nos estados, mas continuam totalmente dependentes de Brasília.

Com a atual Constituição os recursos da União foram reduzidos substancialmente, em favor das unidades da federação e o correto é que junto com eles, passem também os dispêndios, um dos quais, pelo bom senso e pelo exemplo de outras nações desenvolvidas, será a organização, bem como a manutenção de seus sistemas de ensino, dentro do qual deveria estar incluído o ensino superior. Assim sendo, os estados que desejarem poderão manter esse nível de ensino, do contrário estas instituições deveriam ser privatizadas e o poder público adotar como instrumento de política educacional a subvenção ao mesmo e o auxílio financeiro a estudantes, que poderá ser viabilizado, através de bolsas de estudo e linha de crédito oficial subsidiada em 10 ou 20 anos. Dessa forma o ensino universitário será democratizado e mais justo socialmente, pois, garantirá aos estudantes carentes o acesso a uma boa universidade, se assim o desejarem, e, as universidades livres das amarras legais e normativas impostas pelo Governo,

o que lhes dará mais autonomia administrativa, porém mais responsabilidade e eficiência no desempenho de sua missão, uma vez que terão de provar competência nos processos de negociações que visam a captação de recursos internos e externos, tanto público como privado, bem como os provenientes de organizações internacionais de ajuda a produção de ciência e tecnologia. Se as universidades de cada unidade da federação querem uma maior independência e desejam integrar à realidade de suas regiões, parece-nos uma incoerência gritante esperar que elas continuem a ser mantidas pela União, cuja tarefa, em matéria de manutenção dos sistemas de ensino, com exceção dos territórios, deve ter caráter supletivo, segundo a nossa tradição constitucional. Assim, na revisão constitucional que ocorrerá neste exercício será necessário modificar os seguintes artigos: 206-item IV — que trata da gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais e 211 — § 1º — que atribui à União organizar e financiar o Sistema Federal de Ensino e o dos territórios, o que se deve fazer é acrescentar no artigo 206 — que a gratuidade do ensino é vinculada ao ensino fundamental e quanto ao artigo 211 — que se diga “Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, o dos territórios, como o Sistema Federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, e que a União prestará assistência técnica e financeira ao poder público estadual e municipal para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino, dando prioridade, ao ensino fundamental.

Com esta modificação, o ensino fundamental será melhor amparado e a União poderá desenvolver esforços para cumprir o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, que determina que pelo menos 50% dos recursos alocados para a educação sejam destinados para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, e que as universidades se voltem, realmente, para o seu meio produzindo melhor a um custo médio menor, e elimine gradualmente essa profunda dissociação da estrutura e dos objetivos da universidade com relação às exigências, cada vez maiores, do desenvolvimento científico e tecnológico.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL E A REVISÃO

CONSTITUCIONAL

Edlamar Batista Pereira

Técnica de Planejamento e Pesquisa do IPEA

-julho/1993-

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 762 1993

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB —, através do Ministério da Agricultura as seguintes informações:

1 — Qual a total das aquisições (toneladas) dos produtos milho e arroz realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB e sua antecessora (CFP) nas seguintes safras: 83/84, 84/85, 85/86, 86/87;

87/88, 88/89, 89/90 e 90/91. Discriminar Estado por Estado;

2 — qual o valor nominal do total das aquisições dos referidos produtos, safra por safra, produto por produto, Estado por Estado, nas safras referidas no item anterior;

3 — qual o volume total das remoções promovidas pela Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB e sua antecessora (CFP) nos anos de 1986, 1987, 1988 e 1989;

4 — qual o volume total, detalhado, das remoções realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB — e suas antecessora (CFP) nos anos de 1985 a 1991, ano a ano especificamente estado, município, produto, armazeador de origem e armazeador de destino;

5 — qual o total (tonelada) de vendas de produto (arroz e milho) feitas a empresas estaduais, com o respectivo valor nominal (preço de venda), realizadas nos anos de 1983, 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988, discriminando estados por estado;

6 — qual o volume de remoção licitada para transporte pela Regional de Goiás nos anos de 1983, 1984, e 1985, especificando as empresas transportadoras vencedoras das licitações, o volume transportado, e sua origem e destino, e respectivos produtos e preços nominais pagos;

7 — qual o volume (toneladas) total transportado pela CFP nos anos de 1987, 1988, 1989 e 1990, produto por produto, Estado-origem e Estado-destino, Município-origem e Município-destino, preço nominal pago à transportadora, identificação de transportadora e dos armazéns de origem e destino;

8 — quando a transportadora for a Rede Ferroviária Federal, especificar qual foi a Transportadora Rodoviária que efetuou o transporte;

9 — qual o valor nominal pago à Rede Ferroviária Federal, mês a mês, ano a ano, no período em que a mesma prestou serviços, nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Maranhão à Companhia de Financiamento da Produção (CFP);

10 — relação dos Armazenadores dos Estados de Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins que prestaram ou prestam serviços à CFP e sua sucessora (CONAB) nos anos de 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990 e 1991;

11 — relação dos Armazenadores de Goiânia e Anápolis que prestaram ou prestam serviços nos anos referidos no item anterior, especificando, cidade por cidade, quantas unidades cada um deles utilizou em cada município e suas respectivas capacidades;

12 — relação nominal dos Agentes responsáveis pela Regional de Goiás nos anos de 1983, 1984 e 1985, com respectivos períodos de gestão;

13 — qual o volume de vendas de arroz em casca da CFP para a Cobal nos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, com os respectivos valores nominais dessas vendas;

14 — qual o critério adotado pela CFP e sua sucessora — Companhia Nacional de Abastecimento — Conab, para cessão à Rede Ferroviária Federal direito de transporte seus produtos;

15 — quais os reajustes concedidos pela CFP à Rede Ferroviária Federal, seus respectivos índices, datas e valores;

16 — qual o volume (toneladas) dos produtos arroz, milho e soja, transportados para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) nos anos de 1987, 1988, 1989 e 1990 nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Goiás e Maranhão e quais foram os critérios adotados na contratação das empresas de transportes rodoviários executoras de serviços;

17 — quais foram essas empresas e o total pago a cada uma delas, ano a ano, nos exercícios de 1986, 1987, 1988 e 1989;

18 — relação de todos armazeneadores, privados e públicos com débitos junto a essa Companhia, especificando total armazenado de cada produto, safra a safra, e total retirado safra a safra com respectivo produto. Restringir-se às safras de 82/83, 83/84, 84/85, 85/86, 86/87, 87/88, 88/89, 89/90, 90/91, 91/92 e 92/93;

19 — quais os critérios adotados na apuração dos débitos em cruzeiros reais;

20 — quais armazeneadores compuseram seus débitos com essa Companhia, em que condições e o resultado de adimplência nessas composições;

21 — quais as armazeneadoras, públicas e privadas, que foram acionadas judicialmente, anexando a respectiva cópia da petição;

22 — que medidas foram tomadas por essa Companhia quanto aos débitos das armazeneadoras públicas;

23 — relação das unidades armazeneadoras dessa Companhia que foram locadas ao setor privado, discriminando os respectivos locadores, o preço de localização, período e valores a eles pagos pelas armazeneagens de produtos da CONAB;

24 — relação dos valores de correção monetária pagos por atraso de pagamentos às armazeneadoras, com os respectivos beneficiários e data;

25 — débito atualizado dessa Companhia para com fornecedores, prestadores de serviços e questões trabalhistas;

26 — qual o índice utilizado pela Cibrazem/Conab para redução de pesos por quebra técnica nos últimos dez anos, juntando as respectivas normas.

Justificação

Em novembro de 1991, por meio de requerimento de informação que tomou o nº 799, nesta Casa, formulamos diversas indagações à Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, através do Ministério da Agricultura.

Não obstante o desrespeito ao prazo de resposta prescrito no Art. 5º, § 2º da Constituição Federal e reafirmado no Art. 216, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, aquele órgão deixou de responder diversos quesitos constantes do requerimento, alegando que nem mesmo a dilatação do tempo determinado havia possibilitado a integralização das respostas. Além disso, os quesitos supostamente respondidos só o foram em parte ou de modo insatisfatório.

Por esta razão, tendo em vista que a importância daquelas respostas permanece atual, venho renová-las acrescentadas de outras de igual interesse para apuração de possíveis irregularidades num setor de prioridade máxima para o País.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1993. — Senador Moisés Abrão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os servidores federais dos ex-territórios estão sendo discriminados pela Secretaria da Administração Federal.

Todos os servidores federais da União recebem o vale-refeição. Apesar de os recursos terem sido consignados no Orçamento da União, até hoje os servidores dos ex-territórios federais não vêm recebendo o auxílio-alimentação previsto em lei.

Em abril deste ano, em decorrência de apelos e denúncias que recebi de todos os ex-territórios federais, encaminhei à Sr. Luiza Erundina um ofício onde manifestava a minha surpresa e a minha apreensão quanto a essa matéria. Lamentavelmente, não recebi da então Secretaria nenhuma resposta.

Mais recentemente, a 30 de junho, Sr. Presidente, encaminhei outro ofício, já ao atual Secretário da Administração Federal, General Romildo Canhim. Da mesma forma, até este momento, não recebi nenhuma explicação. Aliás, não existe explicação; o que existe é uma grave omissão, uma grave negligência.

De modo que queria trazer ao Senado Federal esta denúncia e fazer um apelo ao General que dirige a SAF para que S. Ex^a tome uma providência imediata no sentido de suprir essa omissão e de fazer justiça a esses servidores dos ex-territórios federais, que não se distinguem dos outros servidores federais da União, porque todos estão incluídos no Regime Jurídico Único da União, aprovado por nós e sancionado pelo Presidente Collor.

Apelo ao General, Chefe da Secretaria da Administração Federal, para que determine imediatamente o pagamento do auxílio-alimentação aos servidores dos ex-territórios federais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias. (Pausa.)

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão, na forma regimental.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE) — Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na sessão de hoje, ocupo a tribuna do Senado Federal para fazer um apelo clamoroso ao Ministro Antônio Britto, da Previdência Social.

Em nome dos aposentados, dos desvalidos e de suas viúvas, encareço a S. Ex^a a especial deferência no sentido de prorrogar, por mais 30 dias, o prazo dado aos aposentados para se cadastrarem.

Sabemos que a medida tomada pelo Ministro da Previdência Social para o cadastramento veio em muito boa hora. Tal medida diminuirá em muito as fraudes que ocorrem nas finanças daquele Ministério, mas a prorrogação é necessária a fim de que não se prejudiquem milhares de beneficiários

legítimos que ainda não puderam proceder ao solicitado cadastramento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado, no dia de hoje, para registrar uma publicação feita na edição do jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, quinta-feira, 12 de agosto. A notícia diz respeito às liberações de verbas, pelo Ministério da Fazenda, supostamente visando a favorecer o Congresso Nacional em troca de votos para aprovação da medida provisória que trata de salários.

Sr. Presidente, compareço à tribuna do Senado, como 2º Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, para esclarecer a questão. Início por dizer que demonstra um total desconhecimento do assunto, ou se trata de um ato de má-fé, a matéria assinada pela jornalista Vanda Célia, publicada no **O Estado de S. Paulo**.

A publicação de ontem do referido jornal traz como primeira e principal manchete a seguinte frase: "Governo dá US\$5 bilhões para aprovar lei salarial". Segue-se a lead: "Verba será destinada a obras de interesse dos parlamentares em troca de votos".

Passo a ler o resumo de primeira página da reportagem:

"O Ministério da Fazenda já tem pronto um projeto que estabelece o cronograma de liberação dos recursos, equivalentes a US\$ 5 bilhões do Orçamento Geral da União, para investimentos e emendas parlamentares. Com isso, tentará a aprovação da proposta de lei salarial do governo no Congresso. Só em agosto, serão liberados 15% desse valor, o que significa um dispêndio maior do que o gasto total do primeiro semestre. O Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pretende falar em cadeia nacional de rádio e TV, sábado, para pedir apoio para o plano econômico."

Este é o conteúdo da primeira página do jornal. Quanto ao desdobramento dessa matéria, numa página interna, o jornal exibe a seguinte manchete:

"Planalto libera verbas para ganhar votos". A ela, segue-se a lead: "Ministério da Fazenda decide usar US\$5 bilhões do Orçamento em troca de apoio à lei salarial proposta pela equipe econômica."

Assinada pela jornalista Vanda Célia, a matéria tem o seguinte conteúdo:

"BRASÍLIA — O governo decidiu liberar US\$5 bilhões do Orçamento Geral da União, verba que inclui o dinheiro para investimentos e emendas dos parlamentares. O objetivo da medida é obter, em contrapartida, a aprovação no Congresso do projeto de lei salarial da equipe econômica e impedir o reajuste mensal dos salários.

O Ministério da Fazenda já fez o decreto com o cronograma da liberação do dinheiro. O Presidente Itamar Franco vai aprová-lo e mandar publicá-lo no **Diário Oficial** da União, na próxima semana. — É o preço que vamos pagar para ganhar a votação —, admitiu um Ministro.

O líder do PT na Câmara, Vladimir Palmeira (RJ), disse que a liberação das verbas exatamente agora é "estranha". Ele lembrou que também foram feitas nomeações políticas nas últimas semanas e admitiu que o reajuste integral da inflação para os salários poderá ser derrotado no Congresso: "O governo se organizou, distribuiu cargos e agora, com a verba das emendas, põe em risco a aprovação do nosso projeto."

A operação para tentar evitar a derrota do Governo nessa questão, pelo meio de verbas retidas no Orçamento, teve seu desfecho no encontro de terça-feira entre o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e representantes dos partidos. Cardoso, há três meses, negava-se a atender aos parlamentares que pediam a liberação do dinheiro. Acompanhado de integrantes da equipe técnica, ele disse que o cronograma das liberações obedeceria a uma decisão política, mesmo contrariando pareceres técnicos.

O decreto ministerial determina que, ainda em agosto, serão liberados 15% do dinheiro, equivalentes a US\$600 milhões. Isto quer dizer que só neste mês o Governo vai liberar mais dinheiro do que tudo o que foi gasto do Orçamento de janeiro a junho. No primeiro semestre, a liberação limitou-se a 10% das despesas previstas. O gasto com investimentos e emendas parlamentares será equilibrado. Em setembro e outubro vão sair mais 38% das verbas e nos dois últimos meses 42%. Para janeiro, como "restos a pagar", o decreto prevê a liberação dos últimos 5%.

Sr. Presidente, esse assunto, aqui distorcido dessa maneira, merece o nosso total repúdio. Primeiro, porque se tratam de inverdades postas de forma extremamente sofisticadas e, portanto, parecendo-nos eivadas de má-fé.

Essa questão, aqui tratada desse modo, tem origem no corte do Orçamento da União para evitar o déficit público. Na verdade, o reajuste, o equilíbrio da execução orçamentária impôs esse corte ao Orçamento da União, que, em sua grande parte, compõe-se de investimentos e de emendas parlamentares.

Não acredito que possa o Orçamento ter outros componentes que não sejam esses elementos básicos de todos conhecidos. De modo que, ao citar investimentos e emendas parlamentares, nada mais faz do que reconhecer aquilo que é o conteúdo do Orçamento, além, evidentemente, das verbas de custeio e de outros componentes do Orçamento, que são óbvios.

Por outro lado, ao contrário do que aqui está posto, o objetivo dessa negociação, desse entendimento, foi, exatamente, cortar o Orçamento e não destinar bilhões de dólares às indicações parlamentares ou aos investimentos. O objetivo foi cortar verbas destinadas, no Orçamento, a investimentos, seja por parlamentares, seja pelo próprio Executivo.

Isso foi feito, talvez, pela primeira vez — não me lembro de outras em que isso tenha acontecido —, de modo explícito. O que fizeram os outros Governos? Deixavam que o Orçamento fluísse como proposto, só que não liberavam as verbas e, quando o faziam, elas já não tinham mais o significado original, porque estavam corroídas pelo processo inflacionário e eram liberados valores nominais explicitados pelo Orçamento, ao final da execução orçamentária. Logo, tinham significação simbólica. O que fez o Ministro Fernando Henrique Cardoso? S. Ex^a propôs a verdade das coisas e um debate aberto com todos os partidos, no foro competente, a Comissão Mista de Orçamento.

Naquela Comissão, com data marcada previamente, agenda e conteúdo a serem discutidos, amplamente divulgados, reuniu-se o Ministro Fernando Henrique Cardoso com a direção e membros da Comissão, com as lideranças de todos os partidos lá presentes ou representados. Nesta matéria, faz-se referência ao PT, que estranha, através do seu Líder Vladimir Palmeira, mas também este, como os demais partidos, lá estava presente, contando com vários parlamentares e representantes de sua Liderança.

Naquele encontro foram discutidos, às claras, o corte e como fazê-lo, bem como a racionalidade de se operacionalizar um corte orçamentário, para que não fosse apenas uma execução linear aritmética, dividir por dois as indicações de origem parlamentar ou os investimentos do Executivo, expressos no Orçamento. Isto foi feito para que não ocorresse, por exemplo, que a obra de uma ponte fosse paralisada na metade de sua execução, como se existisse destinação orçamentária para meia ponte — o que não seria, de todo, um absurdo, vez que se pode estender o cronograma para dois exercícios orçamentários: faz-se uma parte em um ano e a outra no outro.

Tendo o cuidado de não cometer qualquer coisa dessa natureza e, mais, para que o processo fosse transparente e democrático, o Ministro lá compareceu e discutiu. Discutiu assentado à Mesa da Presidência da Comissão, com todos os parlamentares, que se inscreveram, fizeram observações, discutiram, propuseram formas mais apropriadas, diante de todos — como exige o melhor estilo democrático do diálogo e do entendimento —, para enfrentar os problemas comuns da Nação.

Isso aconteceu exatamente ao final do período que antecedeu o recesso de julho próximo passado. Nessa reunião foi acordado, com todas as Lideranças, que também se deveria estabelecer os percentuais da execução orçamentária, compreendendo o universo dos investimentos, exatamente para não acontecer que, por uma conveniência de execução orçamentária do Executivo, ele ficasse concentrando os valores de liberação ao final do ano, sem correção, evidentemente, e, portanto, já aviltado pelo processo inflacionário.

Por essa razão, os parlamentares propuseram ao Ministro fosse estabelecida uma regra quanto às liberações, para que ficasse claro, perante todos, a existência de um critério impensoal e público de liberação desses recursos. Assim foi feito. Terça-feira passada — a reunião referida na matéria —, as Lideranças — com a participação, inclusive, do PT, que, parece, quer ausentar-se da questão —, estiveram presentes à reunião com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, acontecida em decorrência da reunião geral de todos os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento e, portanto, em desdobraamento àquele entendimento público havido. Naquela ocasião, bateu-se o "martelo dos últimos detalhes".

Foi uma negociação absolutamente legítima e normal. Não se trata de nenhum favor ao Legislativo. Ao contrário, se é que havia de se extrair alguma expressão simbólica daquele acontecimento, seria a de que o Ministro veio ao Parlamento não para distribuir, mas para cortar verbas, e o fez com um corte de 4 a 6 bilhões de dólares.

Esse é o verdadeiro conteúdo desta matéria, que, em subtítulo do interior da coluna, à página 5, de **O Estado de S. Paulo**, do dia 12 deste mês, está expresso:

"A maioria dos parlamentares estava pressionando pela execução orçamentária e criticando Cardoso por "segurar" o dinheiro. Mas reconhecem, porém, que o ministro agiu de forma hábil ao usar as verbas para tentar ganhar a votação. Ele já conseguiu aprovar cortes nos gastos com a promessa feita no Congresso em junho de que iria soltar o dinheiro."

Um integrante da equipe da Fazenda protestou por causa da interpretação dada à decisão, assegurando que Cardoso não está fazendo a política do que "é dando que se recebe". Segundo ele, os recursos estão previstos para serem liberados e o ministro agiu com correção porque está soltando dinheiro de forma a manter o equilíbrio entre receita e despesa.

No próprio governo, porém, um colega de Cardoso garante que foi feito uso, e com competência, do Orçamento da União para obter apoio no Congresso. Garantiu que grupos políticos, que antes estavam fechados com o PT na questão salarial — caso dos aliados do ex-Governador Orestes Quérzia e do ex-Presidente Senador José Sarney (PMDB-AP) —, vão mudar de opinião e apoiar a proposta do Governo."

Sr. Presidente, esta conclusão da matéria também tem o mesmo conteúdo de má-fé, parece-me, porque não consigo imaginar que uma jornalista credenciada, aqui, junto ao Congresso Nacional, seja desinformada, não conheça o que ocorreu, o que está ocorrendo, até porque faz algumas citações que demonstram que ela tenha conhecimento desses fatos.

De modo que esta citação também é totalmente elevada de uma certa malvadeza para com a instituição Congresso Nacional, porque ela sempre levanta dúvidas, sempre levanta o aspecto escuso das coisas que possam aqui ocorrer, e faz alusões de todas as naturezas que lhe convém.

Por essa postura que desserve à causa democrática, limpa, do nosso País, quero protestar, Sr. Presidente.

Não tenho esperança de que essas "velhacarias", de que essa desonestade expressa no texto desse jornal seja punida; não tenho essa esperança, até porque considero frágeis as leis que tratam desse assunto, e, quando não, muito distantes da sua aplicabilidade. Mas eu queria protestar por um jornal como **O Estado de S. Paulo** servir os seus espaços tão preciosos de comunicação de massa do País, que é uma concessão também, para assacar contra o Legislativo essas inverdades desonestas, levianas, que desmoralizam uma instituição que se esforça para ser fiel e representativa aos seus compromissos históricos com a Nação.

Se aqui temos alguns "velhacos", eles são legítimos representantes de faixas da sociedade que os elegeram. Portanto, se há aqui alguns que procedem dessa maneira, também é responsabilidade da sociedade brasileira que os mandou para cá. Também é responsabilidade da imprensa, dos veículos de comunicação de massa que, ao colocarem todos os Parlamentares numa vala comum, como aqui foram colocados, contribuem para melhorar a cotação dos "velhacos". Essa matéria ajuda os "velhacos", os políticos "velhacos" do Brasil.

Então, quero indagar se **O Estado de S. Paulo** está a serviço dos "velhacos" da política brasileira. E se ele não estiver a serviço, porque foi o único jornal que publicou esta matéria, que ele a corrija.

Também quero saber, indagar se a jornalista Vanda Célia, que escreveu esta matéria, também está sendo a articuladora

dos "velhacos" aqui, porque se ela não quer servir aos "políticos velhacos", que corrija esta inverdade por ela escrita e publicada por este jornal de São Paulo. Portanto, aperfeiçoando as instituições, vamos realmente servir melhor ao Brasil.

E o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que é atingido aqui, além de trazer esse aspecto às claras perante todos os representantes do Congresso aqui reunidos na Comissão Mista de Orçamento, fez mais uma coisa que nenhum outro Ministro da Fazenda havia feito antes: delegou a cada Ministério a decisão do que cortar. Vejam, então, que o Ministro Fernando Henrique Cardoso abriu mão de uma prerrogativa que historicamente é do Ministro da Fazenda, a de dizer o que vai cortar. Pois o Ministro Fernando Henrique fez isso, S. Ex^a abriu mão dessa prerrogativa e entregou a cada Ministério a decisão do que era mais importante preservar para executar o orçamento e o que, lamentavelmente, muitas vezes teria que ser cortado.

Isso é mais um indicador de que o Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique, e o Governo Itamar Franco, num esforço comum, tentam melhorar a instituição do Governo Federal, aperfeiçoando-a, tornando-a mais transparente e mais legítima. Todos sabemos das imensas dificuldades que o Governo enfrenta. A herança que este Governo recebeu é histórica, porque é um somatório de erros, de equívocos, de anacronismos, de desatualização e de estruturas que, ao longo dos anos, se foram formando. Não é um Governo que vai resolver esses problemas, tenho certeza. Espero que a sociedade e os Governos, numa generalidade, consigam resolvê-los. Mas sei que isso leva tempo. Porém, é dever de cada um contribuir com o seu esforço, é uma responsabilidade de cada Governo e também do Congresso Nacional, é uma responsabilidade nossa.

Por isso que quero, como 2º Vice-Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, trazer aqui esse registro. Também estamos fazendo todo o esforço para aperfeiçoar aquela Comissão, para melhorar o seu perfil e para fazer também com que todas as decisões tomadas sejam compartilhadas pela sociedade, senão totalmente informada do que está acontecendo.

Por outro lado, quero me dedicar a uma tarefa muito particular: ajudar a instalar a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Creio que essa é uma das principais Comissões do Congresso Nacional, que hoje está no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, e que ela deve ter toda uma estrutura para fiscalizar a execução de um orçamento que, eivado de vícios históricos, tem distorcido aquilo que a Nação, através do Congresso, decide aqui.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB — RR) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de registrar que, no sábado próximo passado, no período vespertino, o exército guianense apreendeu onze garimpeiros e uma aeronave em uma região do Rio Trombetas. Ocorre que esses garimpeiros, homens e mulheres, vão para essa região à procura de trabalho, e, muitas vezes, não sabem se a região pertence ou não ao Brasil. Na região fronteiriça entre o Brasil e a Guiana Inglesa a floresta é bastante densa, caracterizada como latifoliada. Então, esses garimpeiros

abriram pistas de garimpo nessa região, que não pertence a nenhuma área indígena, muito embora o Estado de Roraima e o Estado do Pará sejam salpicados de áreas indígenas e nessa região existem algumas pistas, as quais não pertencem à área indígena. Dessa forma, esses garimpeiros foram trabalhar lá após serem expulsos da área de Raposa, da Serra do Sol, dos atroaris e dos yanomamís. Acontece que o exército guianense prendeu esses homens e mulheres.

Venho, portanto, a esta tribuna fazer um apelo à Embaixada inglesa e ao nosso Itamarati para que preservem a vida desses garimpeiros, porque simplesmente não foi uma invasão, posto que eles estão ali à procura de trabalho.

Há realmente este equívoco: nem os próprios exércitos guianense e brasileiro têm a certeza de que esse solo pertence à nossa Pátria ou à Pátria guianense.

Faço um reiterado apelo às autoridades brasileiras para que preservem a vida desses garimpeiros, porque essa é uma região muito perigosa, e que devolvam também essa aeronave que foi apreendida, um avião Cesna 210, totalmente legalizado, que pertencia a esses grupos de garimpeiros que trabalhavam nessa região.

É importante o País dar apoio a esses homens porque estamos passando por um momento difícil naquela região brasileira: está-se implantando agora um enclave periférico na Amazônia. No momento em que tropas americanas estão fazendo manobras nas matas da Guiana Inglesa, na Venezuela, na Colômbia, e, com a criação dessa área Yanomami, justamente na periferia da Amazônia, pode-se no futuro, quem sabe, esquecer o trabalho político do Embaixador Rio Branco, o trabalho do nosso Caxias tentando conquistar o nosso território, o trabalho político-indigenista do Marechal Rondon.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que somente através da vivificação, da plena ocupação populacional naquela região é que poderemos realmente defender aquele solo pâtrio tão rico. Por todas essas razões expendidas, tenho feito e faço, neste momento, um apelo às autoridades brasileiras para que deem um apoio integral a essa família de garimpeiros que está ali trabalhando.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, todos sabemos quão freqüentes vêm se tornando, nas conversas informais do povo e nas reportagens do jornalismo de opinião, os reparos e as censuras à atividade política. O Congresso Nacional, especialmente, é citado como uma ilha distante da realidade e das necessidades da população, ou como um conjunto de salas refrigeradas onde cidadãos privilegiados decidem o destino de toda a Nação, movidos unicamente por interesses particularistas e corporativos.

Na verdade, Srs. Senadores, necessário é reconhecer que, muitas vezes, o comportamento de nossos políticos tem justificado essas críticas. Diversos escândalos envolvendo parlamentares, bem como membros do Executivo, foram divulgados ultimamente. O descrédito perante a opinião pública, no entanto, não é seletivo, porque atinge a todos nós, Senadores, Deputados, Ministros, Governadores, etc., mesmo aqueles que pautam sua atividade pela correção e pela defesa do interesse público.

Esse descrédito deve servir como sinal de alerta a todos que se preocupam com os destinos do País. Primeiramente, porque induz o povo à indiferença quanto à política, o que se traduziu, por ocasião do recente plebiscito e das últimas eleições, na enorme proporção de votos nulos e em branco depositados nas urnas. Risco maior, entretanto, é o do sentimento crescente de apoio a idéias golpistas de alguns saudosistas da ditadura militar. Assim foi que, quando tranquilmente pensávamos estar vacinados contra essas aventuras castrenses, ouvimos levantar-se, no próprio Congresso Nacional, uma voz em defesa da quartelada, do autoritarismo, da supressão do Estado de Direito. Não nos iludamos: a diatribe insensata do Deputado Bolsonaro encontra eco em setores da sociedade, felizmente minoritários... ainda.

Ocorre, porém, que vivemos hoje sob regime democrático. À exceção dos Ministros e dos Secretários Municipais e de Estado, todos os políticos foram conduzidos a seus postos pelo voto popular. Mesmo esses, nomeados pelos chefes do Executivo dos respectivos níveis, são profissionais da política, e têm igualmente, em muitos casos, sua história pessoal de mandatos eletivos. E é fato grave o de que políticos desonestos, consistente e repetidamente, obtenham o voto do povo.

Queremos — nós, democratas — crer que a experiência ensina. Tendemos a acreditar que a maturidade política do brasileiro advirá naturalmente da prática do direito e do funcionamento das instituições, desde que a estas seja permitido seguirem seu curso normal. Se nem sempre o sufrágio secreto e universal tem sido garantia de escolha democrática e consciente, pelo povo, de seus representantes, sempre nos ocorre o pensamento de que os erros, como os da última eleição presidencial, por exemplo, encerram lições que o eleitor saberá aprender.

Infelizmente, como argumenta em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, o professor Boris Fausto, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, essa talvez seja uma expectativa excessivamente otimista. A correlação, no Brasil, entre sufrágio universal e soberania popular não é tão direta quanto nos países europeus, onde a questão historicamente surgiu, e onde o direito amplo ao voto resultou das lutas e reivindicações populares por maior influência sobre a condução política das nações.

Esse questionamento do pressuposto de que a maioria dos votantes é capaz de se orientar de acordo com seus valores e interesses, como Boris Fausto faz questão de esclarecer, não deve ser confundido com o argumento, cincicamente conservador, da incapacidade pura e simples das massas para o exercício do voto. Já nos fartamos desse tipo de conversa durante os anos do regime militar. Contudo, o raciocínio populista que defende a existência, no povo, de uma "extraordinária intuição" que o conduziria ao acerto, apesar de sua carência educacional e informativa, é igualmente equivocada e perigosa.

A tese da "intuição miraculosa do povo" é, provavelmente, até mais perigosa para a consolidação da democracia que a de sua incapacidade total. Mais perigosa, porque o viés ideológico que a fundamenta é menos evidente. Trata-se do velho vício da romantização da miséria, da idealização dourada da vida nos morros e favelas, de que nossa música popular é tão pródiga em exemplos. Essa atitude, ao contrário do que pensam alguns de seus defensores, leva ao imobilismo e à crença no caráter secundário do combate à miséria, já

que, sob esse ponto de vista e afinal de contas, o pobre é tudo como moralmente superior.

É preciso rompermos com esses mitos. É preciso reconhecermos, e desde já, que um povo mantido na ignorância e na desinformação continuará a ser presa fácil dos discursos populistas, das campanhas políticas veiculadas com as técnicas publicitárias de venda de sabão em pó ou cigarros, do mandonismo local, da troca de favores por votos.

A consolidação da democracia no Brasil passa necessariamente pela eliminação das carências mais profundas de nosso povo, que são a fome, a miséria, a desinformação. Isso não se conseguirá sem uma distribuição de renda mais justa, que libere o povo da desesperada luta diária pela sobrevivência, e tampouco sem uma revolução no sistema educacional, que o torne eficiente e acessível de fato a toda a população. Somente pode ser soberano um povo que recebe uma fração condigna da renda nacional e que tem, pela instrução, a capacidade de discernir o interesse coletivo das manipulações demagógicas.

Isso significa que precisamos criar as condições para que nossa incipiente democracia formal se torne uma democracia representativa de fato. Essa é uma tarefa nossa, dos que pertencemos à elite política e não estamos satisfeitos com esse estado de coisas. E se é verdade que as reformas que mencionei, na distribuição de renda e na educação, são condições inescapáveis da transição do País para uma democracia substantiva, é também verdade que são mudanças para médio e longo prazos, pois só poderão se fazer plenamente no curso de uma ou duas gerações.

Há, no entanto, algumas reformas que podem ser feitas, cujos resultados para o fortalecimento das instituições democráticas são mais imediatos. São elas a reforma do sistema eleitoral, a da lei dos partidos e a da proporcionalidade da representação. Não é mais possível aceitar-se, por exemplo, que um deputado possa ser eleito com um quociente eleitoral dezenas vezes inferior ao de um outro, tão-somente por se candidatar por um Estado super-representado na Câmara Federal. Não é mais possível aceitar-se a persistência, em nosso quadro partidário, de agremiações políticas sem significado e sem conteúdo programático, a manter suas legendas disponíveis para aluguel por aventureiros sem escrúpulo nem compromisso com seus eleitores.

É difícil, bem o sei, realizar essas reformas, pois elas não interessam à élite econômica que lucra com a possibilidade de usar o mandato popular para a consecução de interesses pessoais e de classe. Mas é o que temos de tentar, pois, a persistir a dicotomia entre democracia formal e falta de soberania popular, estaremos correndo sempre na corda bamba, no risco de nos precipitarmos, uma vez mais, no vácuo de autoridade que nos leva a cair nas redes da ditadura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h30min a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 2º da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1993 (nº 3.495/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição e a estrutura do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, e dá outras providências. (Dependendo de parecer)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 156, de 1992 (nº 1.670/89, na Casa de origem), que dispõe sobre Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17º e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutiva) que oferece, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

(Dependendo de parecer sobre as Emendas nºs 12 a 14, apresentadas perante a Mesa.)

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, de 1991

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nº 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1991, da Senadora Marluce Pinto, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971

— Lei Orgânica dos Partidos Políticos, tendo

— Pareceres sob nº 500, de 1992, e 173, de 1993, das Comissões

— Diretora, oferecendo a redação do vencido; e

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutiva) que oferece, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

(Dependendo de parecer sobre as Emendas nºs 12 a 14, apresentadas perante a Mesa.)

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 1991

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nº 243, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1991, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que revigora os arts. 72, 75, 76 e 77 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), que dispõem sobre perda do mandato por infidelidade partidária, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutiva) que oferece, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

(Dependendo de parecer sobre as Emendas nºs 12 a 14, apresentadas perante a Mesa.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, “c”, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1992, de autoria do Senador Odacir Soares, que introduz alterações na legislação eleitoral, e dá outras provisões, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutiva) que oferece, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

(Dependendo de parecer sobre as Emendas nºs 12 a 14, apresentadas perante a Mesa.)

— 6 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 1992

(Em Regime de urgência nos termos do art. 36, “c”, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992 e Projeto de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o financiamento dos Partidos Políticos, e dá outras providências, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutiva) que oferece, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

(Dependendo de parecer sobre as Emendas nºs 12 e 14, apresentadas perante a Mesa.)

— 7 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, “d”, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1993 (nº 3.499/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos de Patrulheiro Rodoviário Federal e dá outras providências, tendo

— Parecer favorável, sob nº 255, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania.

ATO DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE N° 423, 1993**

O Presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais e consoante o disposto no artigo 66 e 67, do Ato nº 31/87, da Comissão Diretora do Senado Federal, combinado com o que dispõe o inciso XVI, do artigo 6º, da Lei 8.666, de 1993, Resolve:

1. Constituir Comissão Especial de Licitação destinada a compra de mobiliário para o Gabinete da Primeira Secretaria e complementação dos equipamentos a serem utilizados na Central de Vídeo do Senado Federal, integrada pelos servidores, RUI OSCAR DIAS JANIQUES, Analista de Informática INNECCO, Analista de Informática Legislativa, do quadro de Pessoal Legislativa, Ricardo Evandro Mendes Viana PRODASEN, HERMANNY LIMA SAMUEL DE ALMEIDA, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, e, Marcos Tadeu Gomes Carneiro, Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

2. A Comissão Especial de Licitação será presidida pelo servidor RUI OSCAR DIAS JANIQUES, e, nos eventuais impedimentos, pelo servidor HERMANNY LIMA SAMUEL DE ALMEIDA.

3. Não será devido aos membros desta Comissão, a gratificação que trata o artigo 70, do Ato 31, de 1987, da Comissão Diretora.

4. Fixar o prazo de 30 de outubro de 1993 para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 13 de agosto de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL N° 54, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 015.579/93-0, resolve:

Nomear NOËMIA SILPLÍCIO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete e do Líder do PRN, Senador Ney Maranhão.

Senado Federal, 12 de agosto de 1993. — Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS CONGRESSITAS****ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DELIBERATIVO,
REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 1993.**

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de um mil novecentos e noventa e três, às onze e trinta minutos, reuniu-se,

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 32 minutos.)

ordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, em sua sede, situada no anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Senhor Senador Wilson Martins, com a presença do vice-Presidente Deputado Manoel Castro, dos Senhores Conselheiros Deputado Ariosto Holanda, Ângela Amin, Senador Ronaldo Aragão, Doutores Antonio José de Souza Machado, Henrique Lima Santos e Djalma Bessa, este último, Tesoureiro Suplente do IPC. Havendo número regimental, o Presidente abriu os trabalhos, determinando ao Senhor Secretário a leitura da Ata da reunião anterior, realizada em 24 de junho de 1993. Após a leitura, a Ata foi discutida e votada, tendo sido aprovada sem restrições. Em seguida o Presidente, dando conhecimento da atual situação financeira do Instituto, fez distribuir com os membros presentes, planilhas com os demonstrativos contendo as disponibilidade, aplicações a curto prazo, o realizável a longo prazo e os investimentos. Em seguida, o Presidente apresentou a Portaria que consolida as normas para financiamento de veículo aos segurados do IPC, distribuindo cópias com os presentes. Esta matéria, que já vinha sendo tratada e discutida há duas reuniões consecutivas e que contou com a participação de todos os Senhores Conselheiros, teve sua redação final colocada em discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. A Portaria ora aprovada recebeu o nº 11/93 (Portaria nº 11/93) que será publicada à parte. Continuando, o Presidente apresentou o Balancete Patrimonial do IPC referente ao mês de abril/93, acompanhado do relatório e parecer exarado pelo Deputado Ariosto Holanda, pela aprovação. O Relatório e Parecer foram colocados em discussão e votação, tendo todos os Conselheiros acompanhado o voto do relator. O Balancete foi aprovado por unanimidade e será publicado no órgão oficial, à parte. Em seguida, o Presidente comunicou ter solicitado ao Tribunal de Contas da União a prorrogação do prazo para a entrega da prestação de contas do IPC, referente ao exercício de 1992. Comunicou também que esse trabalho está sendo realizado pelo nosso Departamento de Contabilidade, acompanhando por auditores da Câmara e do Senado. O Presidente comunicou também ter recebido da Eletrobrás, resposta a uma correspondência solicitando informações sobre os títulos (ELETROS) adquiridos pelo IPC na gestão do ex-Deputado Gustavo de Faria. O Presidente deu explicações detalhadas sobre esse assunto. Em seguida, foram apreciados e aprovados todos os processos deferidos pelo Presidente, Ad-referendum do Conselho Deliberativo, conforme títulos e numeração seguintes: a) De requerimento de pensão — nº 972/93 b) — de auxílio-doença — 936/93, 954/93, 960/93, 937/93, 651/93, 955/93, 938/93, 945/93, 939/93, 952/93, 942/93, 941/93, 956/93, 932/93, 961/93, 946/93, 948/93, 928/93, 944/93, 963/93, 965/93, 949/93, 908/93, 959/93, 950/93, 964/93, 933/93, 966/93 e 951/93. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar eu Raymundo Urbano, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

Brasília
Mystic
~~Signatura~~
Ano
União
Censo
Pimenta
Querido
Assessoria
Assessoria
CM 6.41

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena – PMDB – PB	Líder Mauro Benevides Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues – PSDB – PI	LIDERANÇA DO PSDB	LIDERANÇA DO PDT
2º Vice-Presidente Levy Dias – PTB – MS	Líder Mário Covas Vice-Líder : Jutahy Magalhães	Líder Magno Bacelar
1º Secretário Júlio Campos – PFL – MT	LIDERANÇA DO PFL	LIDERANÇA DO PRN
2º Secretário Nabor Júnior – PMDB – AC	Líder Marco Maciel Vice-Líderes Elcio Álvares Odacir Soares	Líder Ney Maranhão Vice-Líder Áureo Mello
3º Secretário Júnia Marise – PRN – MG	LIDERANÇA DO PSB	LIDERANÇA DO PP
4º Secretário Nelson Wedekin – PDT – SC	Líder José Paulo Bisol	Líder Irapuan Costa Júnior
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia – PDT – RN Lucídio Portella – PDS – PI Beni Veras – PSDB – CE Carlos Patrocínio – PFL – TO	LIDERANÇA DO PTB	LIDERANÇA DO PDS
LIDERANÇA DO GOVERNO	Líder Jonas Pinheiro	Líder Esperidião Amin
Líder Pedro Simon		LIDERANÇA DO PDC
		Líder Epitácio Cafeteira
		LIDERANÇA DO PT
		Líder Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluzio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes – Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluzio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão
Garibaldi A. Filho
Márcio Lacerda
Vago

RR-4052/53
RN-4382/92
MT-3029

Nelson Carneiro
Iram Saraiva
Vago
Vago

RJ-3209/10
GO-3133/34

PFL

Lourival Baptista
João Rocha
Odacir Soares
Marco Maciel
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

SE-3027/28
TO-4071/72
RO-3218/19
PE-3197/99
TO-4058/68
SE-3032/33

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Hydekel Freitas
Elcio Alvares
Guilherme Palmeira

RN-3098/99
PI-3085/87
MA-3069/70
RJ-3082/83
ES-3131/32
AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PA-3145/46
CE-3242/43
BA-3171/72

Dirceu Carneiro
Eva Blay
Teotônio V. Filho

SC-3179/80
SP-3117/18
AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto
Affonso Camargo
Jonas Pinheiro

RO-4062/63
PR-3062/63
AP-3206/07

Valmir Campelo
Luiz Alberto Oliveira
Carlos De'Carli

DF-3188/89
PR-4059/60
AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia

RN-3240/41

Nelson Wedekin

SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi
Áureo Mello

MS-4215/16
AM-3091/92

Ney Maranhão
Albano Franco

PE-3101/02
SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella

PI-3055/57

Jarbas Passarinho

PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy

SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira

DF-3127/28

Meira Filho

DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 – Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito
Garibaldi A. Filho
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão
César Dias
Mansueto de Lavor
Aluzio Bezerra
Gilberto Miranda
Onofre Quinan

MG-3038/39/40
RN-4382/92
BA-3161/62
RR-4052/53
RO-3064/65/66
PE-3182/83/84
AC-3158/59
AM-3104/05
GO-3148/50

Mauro Benevides
José Fogaça
Flaviano Melo
Cid S. de Carvalho
Juvêncio Dias
Pedro Simon
Divaldo Suruagy
João Calmon
Wilson Martins

CE-3194/95
RS-3077/78
AC-3493/94
CE-3058/59
PA-3050/4393
RS-3230/32
AL-3185/86
ES-3154/56
MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

TO-4058/68
PB-3201/02
AP-3191/92/93
RN-3098/99
MA-4071/72

Odacir Soares
Bello Parga
Álvaro Pacheco
Elcio Alvares
Josaphat Marinho

RO-3218/19
MA-3069/70
PI-3085/87
ES-3131/32
BA-3173/75

PSDB				PDC			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
Mário Covas	SP-3177/78	Vago		Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
	PTB						
Affonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos			
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60	Ramais: 3496 e 3497			
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63	Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas			
	PDT			Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa –			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Anexo das Comissões – Ramal 3546			
	PRN						
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI			
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92	(23 Titulares e 23 Suplentes)			
	PDC			Presidente: Dario Pereira			
Moisés Abrão	GO-3136/37/38/32	Gerson Camata	ES-3203/04	Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
	PDS						
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	Titulares		Suplentes	
	PP			PMDB		PMDB	
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
	PT/PSB			Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho				Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341				Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas				Alfredo Campos	MG-3237/38	Antônio Mariz	PB-4345/46
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa –				Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Ramal 4344				Vago		Vago	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE				PFL			
(19 Titulares e 19 Suplentes)				Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Presidente: Alfredo Campos				Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Vice-Presidente: Hydekel Freitas				Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Titulares		Suplentes		Belo Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PMDB		PMDB		Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53	PSDB			
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94	Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garihaldi A. Filho	RN-4382/92	Teotônio V. Filho	AI-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PF-3182/83	Vago		José Richa	PR-3163/64
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05	PTB			
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Affonso Camargo	PR-3062/63
	PFL			Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemburg	SE-3032/34	PDT			
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201				
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
	PSDB			PRN			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20				
	PTB			PDS			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07				
	PDT			PP			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
	PRN			Secretário: Celso Parente – Ramais 3515 e 3516			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215	Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas			
				Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa –			
				Anexo das Comissões – Ramal 3286			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Fláviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Maurô Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcelo Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mânsueto de Lavôr	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odácir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto
Louremberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carli

PR-4058/59
RR-4062/63
AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magnu Bacelar
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco

MA-3074/75
SE-4055/56
MS-4215/18

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derci
Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira

MA-4073/74
SC-4206/07

PDC

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin
Meira Filho	DF-3221/22	João França

RR-3067/68

PP

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol
Secretaria: Mônica Aguiar-Inocente		

RS-3224/25

Ramais 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121